

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
UNIDADE ACADÊMICA HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO – UNAHCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

RONALDO DA SILVA CRUZ

A PRODUÇÃO TEXTUAL SOB A ÓTICA DOS POLICIAIS MILITARES DO
9º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR - SC

CRICIÚMA

2015

RONALDO DA SILVA CRUZ

**A PRODUÇÃO TEXTUAL SOB A ÓTICA DOS POLICIAIS MILITARES DO
9º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR - SC**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Dr. Alex Sander da Silva

CRICIÚMA

2015

RONALDO DA SILVA CRUZ

**A PRODUÇÃO TEXTUAL SOB A ÓTICA DOS POLICIAIS MILITARES DO
9º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR - SC**

Esta dissertação foi elaborada e defendida para
obtenção do Grau de Mestre em Educação no
Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 15 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alex Sander da Silva

(Orientador – UNESC)

Prof. Dr. André Cechinel

(Membro – UNESC)

Prof^ª. Dra. Vera Lúcia Chacon Valença

(Membro – UNISUL)

Prof. Dr. Vidalcir Ortigara

Coordenador do PPGE-UNESC

Ronaldo da Silva Cruz

Mestrando

Dedico para as três mulheres de minha vida: minha mãe, minha esposa e nossa filha. Meu passado, meu presente e meu futuro, respectivamente.

AGRADECIMENTOS

Rogo a Deus que minha mente não falhe neste momento de agradecer a todos que me ajudaram a chegar até aqui, principalmente a Ele que me concede a dádiva de acordar a cada amanhecer.

Saliento a importância da Polícia Militar de Santa Catarina em minha vida. Estou há 22 anos numa Corporação que grande parte das pessoas somente se lembra quando está em apuros. Estou numa Instituição composta por homens e mulheres que não têm o direito de falhar, que não podem deixar aflorar sentimentos pessoais, que põem a sua vida em perigo para salvar a de desconhecidos. Estou numa Organização que se preocupa em dar respostas a problemas que fogem das suas atribuições, pois por omissão de alguém, a PM é a primeira a ser chamada. Faço parte da Polícia Militar de Santa Catarina há muito tempo e o tempo já me mostrou que fiz a escolha certa há 22 anos atrás.

Rendo homenagens também ao meu professor e orientador, Dr. Alex Sander da Silva. Pessoa acolhedora, simples e amiga. Aliás, como último pleito desse teu orientando, peço que continues com tais qualidades, pois muitos te admiram pelos teus conhecimentos de “Doutor”, mas também pelo indivíduo diferenciado e despojado de vaidades que você é.

Agradeço a minha mãe, a Dona Maria Alaíde. Quero que ela tenha certeza que cada segundo de sua abdição valeu a pena, porém sei muito bem que precisarei de outras vidas para poder recompensá-la diante de tudo que ela fez por mim na passagem por esse mundo.

Minha amada esposa Adriana me fez crescer e amadurecer. Desejo continuar essa trajetória tendo você em um dos meus lados e no outro, alguns livros para estudar. Perdoe os momentos de solidão, mas a empreitada foi grande.

Por fim, há um Salmo Bíblico, o qual diz que os filhos são flechas nas mãos dos guerreiros, sendo difícil acertar o alvo, mas há de se continuar tentando. Para a minha única filha, Gabriele, eu desejo vários momentos felizes e de conquista, sendo a vitória um fruto de sua transpiração. De todo o meu coração, quero que a minha flecha vá muito mais longe do que esse arqueiro.

“Alguns preferem ser conhecidos como policiais, outros gostam de ser chamado de militares, já eu quero ser chamado e conhecido como policial militar”.

Autor desconhecido.

RESUMO

Esse trabalho procura verificar a opinião que os policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina, sito em Criciúma, têm da produção textual elaborada pelos próprios policiais militares sobre temas relativos às atividades ligadas ao seu trabalho. Diante desse propósito, esse exame delineia uma pesquisa documental junto aos arquivos impressos da Instituição com o fito de revelar o aspecto formal da sua área de ensino. Além disso, a investigação traça uma pesquisa bibliográfica, em que busca o alicerce teórico de autores da área, bem como o encontro de outros estudos similares sobre o regime de ensino nas polícias militares. Por fim, a realização de entrevistas junto a um grupo de policiais militares do 9º Batalhão aproxima o estudo das respostas perseguidas, as quais demonstram que, sob a ótica dos policiais militares, a produção textual ainda é carente, todavia a qualidade do pouco que se escreve é considerada boa. As razões desse trabalho incidem na ausência de promoção à leitura, pesquisa e escrita, além do excesso de objetividade que permeiam o processo educacional militar. Por sua vez, a indicação da boa qualidade na escrita advém do conhecimento usual que os milicianos detêm conjugado com a análise, a descoberta e a reflexão por meio da pesquisa. Conclui-se que a melhoria na produção de textos escritos por policiais militares catarinenses ocorrerá com a atualização dos documentos que gerenciam o sistema de ensino na Corporação, em que o apreço pela objetividade seja preterido pela apreensão das boas práticas leitoras e de escrita.

Palavras-chave: policiais militares; opinião; produção textual.

ABSTRACT

This paper searches to verify the understanding that the police officers of Santa Catarina Military Police ninth battalion, in Criciúma, have on the text production made by they own, concerning issues attached to their work. Based on this purpose, this analysis traces a documental research on the printed files of the institution, intending to reveal the formal aspect of its academic area. Furthermore, the investigation outlines a bibliographic research, in which seeks the theoretical foundation of the authors, as well as the finding of other similar studies about the education system within military polices. Ultimately, the performance of a survey along the ninth battalion police officers approaches the study to results to be pursued, which evidences that, under the view of the police officers, the academic production is still small, however the quality is considered good. The reasons to this outcome rely on absence of reading incentive, research and writing, also the excess of objectivity that surrounds the military educational process. On the other hand, the indication of good quality on writing comes from the officer's usual knowledge, together with analysis, discovery and reflection through research. It is concluded that the improvement in editing of written texts by police officers will occur with the updating of the documents that manage the corporation's education system, where the appreciation for objectivity is deprecated by awareness of a good learning and by achievement of good practices of reading and writing.

Keywords: police officers; perception; text production.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMT	Academia de Polícia Militar da Trindade
Art.	Artigo
CAO	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CAS	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
CEPM	Centro de Ensino da Polícia Militar
CES	Centro de Estudos Superiores
CIPM	Centro de Instrução Policial Militar
CF	Constituição Federal
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFNP	Colégio Feliciano Nunes Pires
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CFSd	Curso de Formação de Soldados
CSPM	Curso Superior de Polícia Militar
DIE	Diretoria de Instrução e Ensino
GEIC	Guarnição Especial de Içara
NGE	Norma Geral de Ensino
PGE	Plano Geral de Ensino
PM	Polícia Militar
PMSC	Polícia Militar de Santa Catarina
RDPMSC	Regulamento Disciplinar da PMSC
SC	Santa Catarina
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
9º BPM	9º Batalhão de Polícia Militar
19º BPM	19º Batalhão de Polícia Militar

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Atual estrutura do CEPM	26
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação das principais forças policiais militares do Brasil	19
Quadro 2 - Relação efetivo total do 9º BPM e número de entrevistados	44
Quadro 3 - Relação dos entrevistados com os critérios de escolha	44
Quadro 4 - Resposta à questão nº 4	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA (PMSC)	18
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E INSTITUCIONAIS	18
2.2 ASPECTOS EDUCACIONAIS	24
3 A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA	30
3.1 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A ESCRITA	30
3.2 A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR PARA A ESCRITA	33
3.3 A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO EDUCACIONAL MILITAR PARA A ESCRITA	36
4 A PRODUÇÃO TEXTUAL SOB A ÓTICA DOS POLICIAIS MILITARES DO 9º BATALHÃO PM	40
4.1 PERCURSO METODOLÓGICO	40
4.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS	43
4.3 A PRODUÇÃO TEXTUAL DOS POLICIAIS MILITARES	45
4.4 A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA EDUCACIONAL MILITAR NA PRODUÇÃO TEXTUAL SOB A ÓTICA DOS POLICIAIS MILITARES DO 9º BATALHÃO PM	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICE(S)	61
APÊNDICE A – OFÍCIO DE SOLICITAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	62
APÊNDICE B – TERMOS DE CONSENTIMENTO.....	63
APÊNDICE C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	64

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas temos vivido momentos de grandes transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas, tais como: o advento da *internet*; o aumento desenfreado da telefonia móvel; a globalização; a proliferação das redes sociais, dentre outras. Toda essa atmosfera de mudança veio em uma velocidade vertiginosa e favoreceu o surgimento de novos anseios. Diante de tal fato, faz-se necessário que todas as áreas sociais busquem construir novas formas de atender a essa sociedade emergente.

Nesse contexto, a produção de conhecimento educacional, particularmente, as que estão relacionadas as pesquisas de contextos educativos que não a escola, assume um importante papel para problematizar a atual conjuntura. Desse modo, o processo de formação de pessoal nos organismos estatais de segurança pública, não foge a essa regra. Dado a necessidade de se repensar o ato de produzir e implementar as ações de segurança nas diversas áreas sociais, requer-se uma atenção nos processos educativos que se exercem nesse ambiente.

Tal apontamento é percebido na necessidade de uma qualificada capacitação dos profissionais que atuam nessa área. De tal forma, a bem responder aos chamados, tanto ligados ao campo criminal, quanto aos ligados as formas preventivas da violência e manutenção da ordem pública. Que aqui nesse estudo não é o ponto central. O que se quer estudar é justamente as opiniões sobre a produção da escrita dentro da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC).

Sendo assim, o processo educativo se mostra um instrumento a ser empregado na melhoria dessa capacitação e dentro da área educacional a produção textual comporta características importantes para essa evolução. Dessa forma, conforme sugere o seu próprio título, essa pesquisa apresenta a seguinte questão-problema a ser investigada: Qual a opinião dos policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina¹ sobre a produção de textos referentes a assuntos produzidos por membros da própria PMSC que tenham relação com a sua atividade laborativa?

Em assim sendo, delineamos o seguinte objetivo geral: Compreender e analisar a opinião de policiais militares sobre a escrita no âmbito do 9º Batalhão de Criciúma. Além desse objetivo principal, elencamos os seguintes objetivos específicos:

¹ O 9º Batalhão de Polícia Militar pertence à Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) e está situado na cidade de Criciúma, contando atualmente com 263 (duzentos e sessenta e três) homens e mulheres em seus quadros.

- a) Analisar na literatura educacional a importância da escrita nos processos educativos, particularmente, na de policiais militares;
- b) Apresentar aspectos institucionais da Polícia Militar de Santa Catarina, a fim de identificar os processos educativos no âmbito de uma instituição militar;
- c) Analisar a opinião de policiais militares sobre o processo de leitura no âmbito da PMSC;
- d) Identificar quais os limites e possibilidades da produção textual a partir dos processos educativos de uma instituição militar.

O estudo proposto acontece dentro da linha de pesquisa: Educação e Produção do Conhecimento nos Processos Pedagógicos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense). O ambiente do Mestrado em Educação² foi determinante para instigar a aspiração em entender a produção de textos dentro do 9º Batalhão de Polícia Militar (9º BPM), algo que teve início com a minha prática docente na UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina), desde 2009.

Ao transitar no meio acadêmico, na condição de professor, passei a entender e exaltar a importância da construção do saber crítico. Isto é, um saber que fuja da formação vivenciada por mim no meio militar, em que o instrutor repete recorrentemente informações aos alunos, repassando fórmulas e procedimentos padronizados.

O viés positivo da cultura castrense pode ser comparado aos ensinamentos de Comte, que assinala algumas considerações sobre esse tema, as quais cremos que bem retrata o estilo de organização impingida pelos militares, tais como:

o real em oposição ao quimérico. Isto significa que o espírito humano deve investigar sobre o que é possível conhecer, eliminando a busca das causas últimas ou primeiras das coisas. O positivo é um estado sobre o útil ao invés do ocioso. Nada que não seja destinado ao aperfeiçoamento individual ou coletivo deve ficar de lado. A filosofia positiva deve guiar o ser humano para a certeza, distanciando-o da indecisão ... A quinta acepção do vocábulo positivo aparece como contrária a negativo. Assim, a filosofia tem por objetivo não destruir, mas organizar (COMTE *apud* TRIVIÑOS 1995, p. 35).

Nesse pensar, em uma análise superficial, o positivismo é visto como o padrão metodológico adotado pelos quartéis, algo que compromete o diálogo, elimina a busca dos porquês, dificulta o crescimento pessoal.

² No ano de 2013, fiz duas cadeiras isoladas antes de conseguir ingressar no Programa, sendo elas: Leitura e Escrita na Produção Acadêmica ministrada pelos Doutores Gladir da Silva Cabral e André Cechinel, além de Educação e Formação Cultural em Pesquisa lecionada pelo Doutor Alex Sander da Silva.

Ao se lançar esse olhar essencialmente objetivo/positivista sobre o conhecimento, temos que a busca das causas dos fatos fica em segundo plano, pois, para os positivistas, essa procura pelas razões acredita demasiadamente na capacidade de conhecer do ser humano, superestimando a sua força intelectual. A possibilidade de crescimento do homem se apequena em razão do pragmatismo (TRIVIÑOS, 1995, p. 36).

De outro lado, mesmo ainda de forma prematura, observamos que o aprofundado estudo e a análise argumentativa sobre os temas reservados à Força Policial são hipóteses maduras para um melhor direcionamento de sua questão educacional, inclusive no tocante à produção de textos, o que pode servir de esteio ao crescimento profissional e institucional.

Com o desígnio de ampliar e contribuir com essa temática, supomos que os resultados desse estudo poderão propiciar reflexões acerca de algumas posturas em relação à prática educativa do 9º BPM, pois acreditamos que a escrita e a prática leitora se fazem importantes e eficazes para uma redefinição de conceitos e técnicas.

A título de apresentação do trabalho, vale dizer que a produção textual aqui investigada diz respeito à redação de textos feitos por policiais militares catarinenses, ou seja, não vinculando a situação de estarem servindo no 9º Batalhão de Polícia Militar. Além desse esclarecimento, de antemão devemos informar que o objeto de estudo recai sobre a produção escrita oriunda da leitura e da pesquisa de assuntos pertinentes aos serviços executados pela PM ou de temas que a Corporação está envolvida, pois interferem na tranqüilidade pública³.

A produção perquirida pode ser realizada tanto dentro quanto fora da Instituição, mas, para esse exame, é importante que o resultado do estudo de um policial militar de Santa Catarina tenha sido registrado em uma publicação ou em algum curso, a fim de que a produção possa ser analisada.

No campo da metodologia empregada, compreendemos nossa pesquisa como qualitativa em que, segundo Motta (2015, p. 101), o pesquisador se envolve com o processo para analisar o fenômeno, aprofundando-se no mundo dos significados das relações humanas envolvidas na pesquisa. Nessa linha, consideramos que a técnica epistemológica de pesquisa é a mais apropriada a ser aplicada. Moll conceitua essa técnica da seguinte maneira:

³ São exemplos de atividades executados pela PM: o policiamento preventivo nas cidades; o policiamento do trânsito urbano ou rodoviário; o gerenciamento de crises em estabelecimentos penais (penitenciárias e presídios); o controle em manifestações sociais; o policiamento ambiental; etc...
São exemplos de temas que a Corporação se encontra envolvida: a diminuição da maioridade penal; a superlotação dos estabelecimentos penais; a mobilidade urbana; o abandono de prédios públicos ou privados; etc...

Epistemológica: o pesquisador irá investigar quais as condições de possibilidade para a produção do conhecimento sobre determinado tema e/ou objeto, ou seja, preocupa-se em analisar quem é o sujeito do conhecimento, qual o objeto delimitado, a metodologia, suas fontes, etc... Portanto é uma pesquisa sobre o processo de conhecimento em si (MOLL *apud* MOTTA, 2012, p. 43).

Desse modo, enxergamos que há similitude entre a definição acima citada e a proposta de investigar a publicação de textos pelos policiais militares. Do mesmo modo, vemos também que para alcançarmos um resultado que demonstre a realidade, faz-se necessário o emprego do método descritivo. Para tal, será realizado um levantamento bibliográfico⁴, uma pesquisa documental, além de ser aplicada uma entrevista semi estruturada.

Nesse contexto, corroboramos com Motta (2012) ao afirmar que o exame bibliográfico nos proporcionará uma maior familiaridade com o problema proposto por intermédio da concatenação ordenada de procedimentos a fim de compor uma fundamentação teórica dos mais variados conceitos operacionais que comporta uma produção textual dessa envergadura.

Boaventura (2012, p. 46), por sua vez, expõe que o levantamento bibliográfico é tarefa indispensável em que vai se descobrir o que já se escreveu sobre certo tema. O mesmo autor conceitua esse método de pesquisa da seguinte forma:

É o estudo que analisa a produção bibliográfica em determinada área temática ... Assim, a consulta a um trabalho de revisão propicia ao pesquisador tomar conhecimento, em uma única fonte, do que ocorreu ou está ocorrendo periodicamente no campo estudado.

A pesquisa comporta um caráter explicativo, tendo como preocupação principal a identificação dos fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência da produção textual, procurando saber a sua fundamentação.

Nesse âmbito, a pesquisa documental⁵ se mostra relevante a esse exame por propiciar o devido conhecimento e análise dos documentos oficiais da PM sobre seu processo educacional. Entretanto, além de explicativa, a investigação também possui uma faceta exploratória objetivando, segundo Gil (1996), proporcionar uma maior familiaridade com o problema proposto, como a entrevista com pessoas que passaram pelo mesmo problema ou a análise de exemplos para melhor compreensão do objeto. Motta (2015) complementa dizendo

⁴ Foram selecionados livros de alguns escritores conhecidos da área educacional, assim como autores de dissertações de mestrado e teses de doutorado acerca de algum tema concernente ao processo educacional militar, sendo que estes foram pesquisados junto ao acervo da CAPES.

⁵ A pesquisa documental se baseia em fontes primárias: documentos oficiais, parlamentares, jurídicos, arquivos particulares, autobiografias, livros didáticos, jornais [...] (MOTTA, 2015, p. 103).

que essa pesquisa busca subsídios para a formulação mais precisa do problema ou das hipóteses.

Ainda no aspecto metodológico, denotamos a necessidade da realização de entrevistas junto aos membros do 9º Batalhão PM para

[...] a observação de fatos e fenômenos exatamente como ocorrem no real, à coleta de dados referentes aos mesmos e, finalmente, à análise e interpretação desses dados, com base numa fundamentação teórica consistente, objetivando compreender e explicar o problema pesquisado (FUZZI, 2010).

Toda a problematização, os objetivos a serem perseguidos, a fundamentação teórico-empírica e a metodologia empreendida estarão dispostas em três capítulos. Por se tratar de um mestrado na área da educação, guardamos o segundo capítulo para tratar de assuntos mais ligados à prática educacional propriamente dita, inclusive abordando o hábito da leitura e da escrita. Nessa parte do estudo, autores da área educacional são recorrentemente lembrados em razão de entenderem que o aluno possui responsabilidade com o seu próprio aprendizado, algo que pode levar o indivíduo a produzir o seu próprio conhecimento por intermédio da escrita, por exemplo.

No encadeamento de tal capítulo vislumbramos a preferência pela aprendizagem em detrimento do mero ensino; o questionamento sobre a postura ideal do professor; a importância do diálogo na aprendizagem; o temor da reprodução nua e crua de pensamentos mediados por outra pessoa e o cotejamento de toda essa base conceitual com o processo educacional militar.

No terceiro capítulo apresentamos a análise do resultado das entrevistas realizadas de modo integrativo com a base conceitual construída no segundo capítulo e os documentos reguladores do sistema de educação da PMSC que estão no primeiro capítulo.

Destacamos que os aspectos metodológicos da pesquisa serão explanados mais amiúde no início do terceiro capítulo, porém cabe sucintamente adiantar que foram realizadas 7 (sete) entrevistas com policiais militares que trabalham atualmente no 9º Batalhão PM, os quais foram escolhidos de forma heterogênea. A lista de perguntas continha 7 (sete) questionamentos que procuraram extrair a opinião de cada um sobre a produção textual dos policiais militares acerca de temas afetos às atividades exercidas pela Força Policial, suas virtudes e seus vícios.

Entretanto, no início desse trabalho apresentamos, de maneira descritiva, a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, pontuando alguns tópicos históricos; os principais aspectos jurídicos vinculados as suas atividades e as características mais marcantes da vida

militar de forma a trazer, aos poucos, o leitor das questões meramente administrativas para o processo educacional que é promovido pela Instituição, como o seu organograma, os documentos reguladores, os princípios, etc... Desta forma, na sequência passamos a descrever a PMSC.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA (PMSC)

De início, vislumbramos ser necessário que o leitor conheça e entenda a trajetória de vida pública que possui essa Instituição de 180 anos de existência denominada Polícia Militar de Santa Catarina.

Então, alguns aspectos de seu passado e presente serão aqui citados, todavia não serão totalmente exauridos, visto que sua história é muito extensa e inevitavelmente provocaria uma perda de foco. Contudo, o que se busca nesse começo é situar o trabalho em seu ponto de partida, o qual não poderia ser outro senão a PMSC.

Para tanto, esse capítulo abordará os aspectos históricos, institucionais e educacionais da Instituição. Assim, será discorrido sobre os encargos constitucionais e legais; a sua conceituação dentro de parâmetros mais atuais; seus princípios basilares; os hábitos e costumes difundidos na caserna, etc. Dentro desse capítulo, paulatinamente vamos direcionando o eixo para a prática educacional da Corporação, indicando sua base e seus procedimentos.

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E INSTITUCIONAIS

Embasado em livros feitos por membros da própria Corporação e por historiadores, temos que em 05 de maio de 1835 nasceu a PMSC. Todavia, antes de discorrermos sobre a criação da Polícia Militar de Santa Catarina, vale falar um pouco sobre seu fundador, o Sr. Feliciano Nunes Pires, Presidente da Província de Santa Catarina, de agosto de 1831 a novembro de 1835.

Com forte formação escolar, o comendador Feliciano Nunes Pires foi advogado e professor de línguas latinas, porém foi na política que atingiu o seu auge. Bastos Jr. (2006, p. 16) cita que em sua gestão à frente da Província, dois fatos foram marcantes, sendo o primeiro a criação da Assembléia Provincial, algo que hoje corresponde a atual Assembléia Legislativa. Já o segundo se reveste de especial atenção para esse trabalho, pois em 5 de maio de 1835, pela Lei nº 12, foi criada a Força Policial, hodiernamente intitulada de Polícia Militar de Santa Catarina.

A motivação que fez com que Feliciano desse início à Força Policial remonta a preocupação, que já se tinha à época, com as questões criminais em Desterro⁶, capital da Província. A citação que segue procura retratar essa inquietação (PMSC, 1983, p. 1):

Face às dificuldades operacionais encontradas pelo Corpo Municipal de Voluntários, a qual criação havia sido autorizada pela regência do padre Diogo Antônio Feijó, o Comendador Feliciano Nunes Pires, decidido a dar um policiamento mais eficiente à coletividade, resolveu extingui-lo, criando em sua substituição a Força Policial.

Desde sua gênese, quando contava com apenas 52 homens, a PMSC sempre guardou como missão basilar a manutenção da ordem pública em território catarinense⁷, todavia esse mister foi, por vezes, alargado para ações de segurança nacional, como em guerras externas ou internas, e em salvaguarda dos poderes constituídos, em nível federal ou estadual (PMSC, 2013a).

Como podemos atestar no quadro abaixo, nesse mesmo período foram criadas as principais forças policiais militares pelo país, tendo em seu histórico as mesmas dificuldades que foram, e ainda hoje são, encontradas pela Polícia Militar no tocante a preservação de um nível aceitável de segurança pública.

Quadro 1 - Relação das principais forças policiais militares do Brasil

ESTADO	DATA DE CRIAÇÃO DA PM	EFETIVO APROXIMADO EM 2015	POPULAÇÃO ESTIMADA EM 2015
<i>São Paulo</i>	<i>15/12/1831</i>	<i>100 mil</i>	<i>44,4 milhões</i>
<i>Rio de Janeiro</i>	<i>13/05/1809</i>	<i>52 mil</i>	<i>16,5 milhões</i>
<i>Minas Gerais</i>	<i>09/06/1775</i>	<i>50 mil</i>	<i>20,8 milhões</i>
<i>Rio Grande do Sul</i>	<i>18/11/1837</i>	<i>25 mil</i>	<i>11,2 milhões</i>
<i>Paraná</i>	<i>10/08/1854</i>	<i>27,3 mil</i>	<i>11,1 milhões</i>
<i>Bahia</i>	<i>17/02/1825</i>	<i>30 mil</i>	<i>15,2 milhões</i>
<i>Pernambuco</i>	<i>11/06/1825</i>	<i>21 mil</i>	<i>9,3 milhões</i>
<i>Santa Catarina</i>	<i>05/05/1835</i>	<i>10,7 mil</i>	<i>6,8 milhões</i>

Fonte: elaborado pelo autor com informações extraídas dos sites das Polícias Militares de cada Estado.

Marcineiro e Pacheco (2005) trazem que a Polícia Militar atravessou vários períodos marcantes do passado do país, a iniciar com a eclosão da Revolução Farroupilha,

⁶ O Corpo de Guarda Municipal de Voluntários do Desterro, que antecedeu a Força Policial, teve sua formação em 1831 e pecava pela desorganização, falta de espírito nacionalista, escassez de efetivo e ausência de instrução aos seus homens (PMSC, 1984, p. 4).

⁷ A Corporação, apesar de militar, sempre teve funções evidentemente policiais, como o enunciado do artigo 4º da Lei nº 12, que traz a possibilidade do Presidente da Província empregar a Força Policial para manter a tranqüilidade pública e fazer valer as ordens das autoridades (BASTOS JR., 2006, p. 17).

também conhecida por Guerra dos Farrapos, entre 1835 e 1845; passando pela Guerra do Paraguai, em 1865; e os conflitos que desaguarão na Proclamação da República, em 1889.

No período republicano, pode ser citada a Revolução Federalista, de 1894; a conhecida Guerra do Contestado, de 1912; o movimento revolucionário do Paraná, em 1924; o golpe de Estado liderado por Getúlio Vargas em 1930; e o período militar, de 1964 a 1985, que gerou uma relação estreita com o Exército Brasileiro, entre outros tantos episódios políticos importantes em que a Instituição esteve atuando. Afora esses pontos, não há como esquecer as inúmeras catástrofes naturais que assolaram nosso povo, em que a atuação miliciana também se fez presente (PMSC, 2013b, p. 12).

Constatamos por intermédio das pesquisas nos próprios escritos redigidos por membros da Corporação, bem como por historiadores, que em muitos desses acontecimentos históricos a Polícia Militar interveio em favor do Estado, da soberania nacional e da integridade territorial, preterindo, por vezes, as prerrogativas do cidadão⁸.

Nesse contexto, no século XX, mais precisamente na segunda metade da década de 60, que as polícias militares de todo o país sofreram uma mudança de rumo em sua missão, pois deixaram de atuar essencialmente na segurança pública, para se aproximarem decisivamente do Exército, pautando sua atuação no campo da segurança nacional, a fim de exercerem uma ferrenha repressão de cunho político em desfavor de todos aqueles que se opunham ao poder estabelecido, como nos relata o historiador Arruda (2007)⁹.

Passados 21 anos, ressurgiu a democracia em solo pátrio e por essa razão as polícias militares sofreram nova alteração de rumo, voltando a focar seus trabalhos na seara da segurança pública, em um caráter individual e coletivo, mais precisamente na preservação da ordem pública, termo esse que veremos mais à frente de forma pormenorizada.

Logo, nesse momento do trabalho se faz importante citar Hipólito e Tasca (2012) quando escreveram que atualmente as polícias militares, e a PMSC não foge a essa regra, têm procurado superar as suas limitações corporativas e legais com o fito de orientar o policiamento para a resolução pacífica de conflitos, como uma verdadeira mediação sem a necessidade de embates bélicos, em que o desgaste e o grau de hostilidade são bastante acirrados.

Essa visão de vanguarda vem ao encontro do que está contido na atual Constituição Federal Brasileira, de 1988, que mira os órgãos policiais como mantenedores da

⁸ Esse trabalho não se aprofunda em tais temas porque não fazem parte do objeto de estudo proposto, em que pese serem bastante palpitantes.

⁹ Em que pese sua extrema relevância, não nos aprofundaremos também nesse assunto por entender que é muito complexo, extenso e localizado fora da temática principal dessa pesquisa.

harmonia da vida em sociedade, respeitando a dignidade da pessoa humana, a diversidade e as prerrogativas individuais e coletivas (DA SILVA, 2012).

Após essa digressão por alguns momentos históricos, compreendemos ser relevante que o leitor também tenha uma visão das atuais obrigações direcionadas a PMSC, as quais se encontram dispostas nas Constituições Federal e Estadual de Santa Catarina, assim como nas leis, a fim de contextualizarmos com maior precisão a instituição-objeto em análise.

Então, em termos de Constituição Federal (CF), a PM foi enquadrada no início do parágrafo 5º do artigo (art.) 144 que dita o seguinte: "Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública ..." (BRASIL, 1988).

Raciocinamos que os termos trazidos pela Constituição Federal não traduzem com exatidão o alcance que o legislador quis dar quanto ao emprego da polícia ostensiva e da preservação da ordem pública, haja vista se referir a algo muito genérico. Para tanto, com o intuito de haver um melhor esclarecimento, inserimos uma breve explicação mais pormenorizada desses termos mais à frente. No tocante à Constituição do Estado de Santa Catarina, o art. 107 detalha de forma enumerativa as atribuições da PM, que seguem (SANTA CATARINA, 1989):

I - exercer a polícia ostensiva relacionada com:

- a) a preservação da ordem e da segurança pública;
- b) o radiopatrulhamento terrestre, aéreo, lacustre e fluvial;
- c) o patrulhamento rodoviário;
- d) a guarda e a fiscalização das florestas e mananciais;
- e) a guarda e a fiscalização do trânsito urbano;
- f) a polícia judiciária militar, nos termos de lei federal;
- g) a proteção do meio ambiente;
- h) a garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicas, especialmente da área fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural.

Evidentemente que em trechos de outras leis figuram atribuições direcionadas à Polícia Militar, porém desejamos chamar a atenção a uma das atribuições constitucionais já aqui vistas, a realização da chamada polícia ostensiva. Ela é percebida pelo policiamento fardado, caracterizado, de forma que possa ser facilmente visto, evitando a ocorrência de delitos e sendo acionado por quem desejar. Nesse sentido Hipólito e Tasca (2012, p. 66) traduzem o seu pensamento da seguinte maneira: "Ação policial, exclusiva das Polícias Militares em o qual emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública".

Retornando a pontuar as especificidades da Polícia Militar, destacamos que o policiamento ostensivo fardado é realizado por homens e mulheres chamados de militares estaduais pela Constituição Federal de 1988¹⁰. Por conta do sufixo “militar”, os componentes das Forças Policiais devem seguir um regramento diferenciado, o qual tem como pilares a hierarquia e a disciplina.

A hierarquia e a disciplina formam a base de qualquer organização militar (BRASIL, 1988), tratando-se dos dois substantivos mais comuns à vida castrense, devendo dar-lhe sustentação para uma relação harmônica entre os seus membros, servindo de elo entre esses, pois procura promover o companheirismo e a cortesia (ASSIS, 2011).

Aliás, o ordenamento militar apregoa declaradamente essa sua preocupação com o bem-estar de cada um de seus integrantes, algo que é encontrado no Estatuto da Polícia Militar de Santa Catarina, o qual traz tal definição nos seguintes termos (SANTA CATARINA, 1983b, p. 3):

Art. 14. A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico.

§ 1º A hierarquia policial-militar é a ordenação da autoridade em níveis diferentes dentro da estrutura da Polícia Militar. A ordenação se faz por postos ou graduações¹¹ e dentro de um mesmo posto ou graduação; se faz pela antiguidade. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à seqüência de autoridade.

§ 2º Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo policial-militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

Da mesma essência da hierarquia advém a localização de cada membro da Instituição na sua escala hierárquica, em que cada grau compreende um nível maior ou menor de exigências e atribuições. Por seu turno, a disciplina requer um aguçado sentimento de dever, responsabilidade e cooperação espontânea entre os militares.

Vale dizer que a hierarquização entre os membros de uma Instituição e a criação de um espírito de solidariedade e cumprimento de seus afazeres não é exclusividade dos meios militares, porém figura com maior visibilidade nos quartéis em razão dos seus regulamentos (LOBÃO, 2011).

¹⁰ Os policiais militares, juntamente com os bombeiros militares, são denominados de militares estaduais, como forma de diferenciá-los dos militares das Forças Armadas, leia-se, Exército, Marinha e Aeronáutica.

¹¹ Postos: policiais militares, de Coronel a 2º Tenente, encarregados do comando, chefia e direção da Instituição; Graduações: policiais militares, de Sub Tenente a Soldado, que auxiliam e complementam as atividades exercidas pelos Oficiais (SANTA CATARINA, 1983b).

Além do Estatuto, temos o Regulamento Disciplinar da PMSC (RDPMSC) a robustecer ainda mais esse cuidado que o regimento militar tem com o cumprimento das ordens aliado ao espírito de corpo, conforme segue (SANTA CATARINA, 1980, p. 2):

Art. 2º - A camaradagem torna-se indispensável à formação e ao convívio da família policial-militar, cumprindo existir as melhores relações sociais entre os policiais-militares.

Parágrafo Único - Incumbe aos superiores incentivar e manter a harmonia e a amizade entre seus subordinados.

Art. 3º - A civilidade é parte da Educação Policial Militar e como tal de interesse vital para a disciplina consciente. Importa ao superior tratar os subordinados, em geral, e os recrutas em particular, com urbanidade e justiça, interessando-se pelos seus problemas. Em contrapartida, o subordinado é obrigado a todas as provas de respeito e deferência para com seus superiores, de conformidade com os regulamentos policiais militares.

Parágrafo Único - As demonstrações de camaradagem, cortesia e consideração, obrigatórias entre os policiais militares, devem ser dispensadas aos militares das Forças Armadas e aos policiais militares de outras Corporações.

Seguindo essa linha, entendemos que Assis (2011) bem sintetizou esses atributos ao comparar a hierarquia com a palavra autoridade, enquanto que a disciplina estaria atrelada à eficácia dos corpos militares.

Em posse desses conceitos, expomos que esse trabalho não deseja uma abrupta ruptura com os estamentos consagrados da caserna, mas sim uma nova e necessária leitura para que, de fato, esses predicados sirvam de esteio para o crescimento cognitivo de cada colaborador, co-responsável pela sua própria formação profissional.

De antemão, alertamos a nossa visão que a produção de textos não configura um ato de rebeldia ou de libertação atitudinal, mas sim de uma necessária reflexão (leitura, pesquisa e escrita) sobre os processos de produção dos trabalhos efetuados pela Polícia Militar, bem como de todas as lides sociais que a Corporação é chamada a comparecer.

Balestreri (2003, p. 48), com a propriedade de ter sido Secretário Nacional de Segurança Pública, exemplifica o que procuramos propor quanto à hierarquia e disciplina, nos seguintes termos:

Uma proposição menos simplista e rasteira do que a pura e simples “desmilitarização” que, na prática, é sinônimo de extinção das PMs, seria a desmilitarização ideológica das mesmas, com as naturais consequências da assunção de uma doutrina clara de serviço público, com foco na proteção dos direitos dos cidadãos e com o reordenamento educacional da formação inicial e permanente do efetivo.

Nessa trilha também segue o atual Plano de Comando da PMSC, que se preocupa em aperfeiçoar os serviços públicos, alicerçando-os sobre princípios, valores e eixos

estruturantes, que servem de sustentação para todas as ações desenvolvidas pela PMSC. Para esse Plano, os trabalhos devem estar focados na proteção do cidadão, na busca do reconhecimento perante a sociedade e atuando nas dimensões estratégicas da Organização.

Esse plano concedeu especial atenção ao capital humano de seu público interno, guindando-o à condição de dimensão estratégica da Corporação. Dentro desse pensamento, a capacitação dos homens e mulheres que perfilam a Força Policial estaria sujeito a um sistema de ensino, com cursos de formação profissional e de aperfeiçoamento, cursos, estágios e treinamentos de formação continuada presencial e à distância, instruções de revitalização e promoção à graduação dos policiais militares em cursos de nível superior (PMSC, 2011, p. 48).

Diante dessa análise, verificamos que o aludido Plano de Comando busca uma nova visão aos policiais militares quanto ao seu mister, assim como o próprio policial militar interaja para sua melhor formação profissional, de forma a ser visto como um referencial garantidor de lei, ordem e proteção. Nesse ponto, entendemos que a escrita poderá colaborar sobremaneira para seu êxito.

Dentro da capacitação, a Instituição deseja (PMSC, 2011, p. 48):

- formalizar o sistema de ensino;
- garantir que os cursos de formação e os de aperfeiçoamento sejam considerados de nível superior em Ciências Policiais;
- ampliar a oferta de formação continuada (cursos, estágios e treinamentos presenciais e de ensino à distância);
- restabelecer a instrução como instrumento para manter a capacidade operacional e administrativa;
- apoiar o acesso a formação de nível superior.

Com essa atitude, a própria PM procura evitar que se reproduza a política do “mais do mesmo”, algo que Monet chama de “isolamento da polícia e dos policiais” (2002, p. 153), com a consequente deslegitimação dos atos cometidos pelos policiais, provocada pela ignorância e pelo fato da população e dos policiais estarem em rota de colisão.

O alcance dessas metas no campo educacional será atingido de forma gradual pelos policiais militares, “adequando-os à realidade de cada comunidade e as suas verdadeiras necessidades” para que estejam capacitados a prestar um serviço de excelência à população (PMSC, 2011, p. 18-19).

2.2 ASPECTOS EDUCACIONAIS

O embrião da formação policial militar catarinense ocorreu no dia 02 de dezembro de 1927 com a criação do primeiro Curso de Formação de Oficiais, sob a denominação de Curso de Preparação Militar¹². Já para as praças, o primeiro curso regular foi em 1934 com a nomenclatura de Curso de Formação de Sargentos.

Conquanto, a área de ensino na PMSC ganhou um sobressalto em 1965 com a criação do Centro de Instrução Policial Militar (CIPM), o qual centralizou a formação dos milicianos de todo o Estado. Com o passar dos tempos, o CIPM passou a ser chamado de Academia de Polícia Militar (APM) e, desde 1983, chama-se Centro de Ensino da Polícia Militar (CEPM), o qual abriga também a Diretoria de Instrução e Ensino (DIE) (PMSC, 2012, p. 9).

O CEPM está localizado no bairro Trindade, região insular de Florianópolis e congrega hoje cinco subunidades que formam a espinha dorsal do sistema de ensino da Organização (PMSC, 1988, p.4).

✓ **Centro de Estudos Superiores (CES):** responsável pelo ensino de especialização, em nível de pós-graduação. Realiza anualmente dois cursos: Curso Superior de Polícia Militar (CSPM) destinado a Tenentes-Coronéis e Majores, bem como também o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) indicado para Capitães. Ambos possuem duração aproximada de 4 meses e meio, em período integral;

✓ **Academia de Polícia Militar da Trindade (APMT):** voltado para a formação do Oficial PM no Curso de Formação de Oficiais (CFO). Para ingresso faz-se necessário ser bacharel em Direito. Possui duração aproximada de 21 meses, em período integral;

✓ **Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP):** serve tanto para formar quanto para aperfeiçoar os praças. Seus cursos básicos são:

➤ Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) para 2º Sargentos ascenderem na carreira;

➤ Curso de Formação de Sargentos (CFS);

➤ Curso de Formação de Cabos (CFC);

➤ Curso de Formação de Soldados (CFSd).

✓ **Colégio Feliciano Nunes Pires (CFNP):** o popular Colégio Policial Militar possui ensino fundamental e médio. Ligado a rede pública estadual de ensino, o CFNP tem

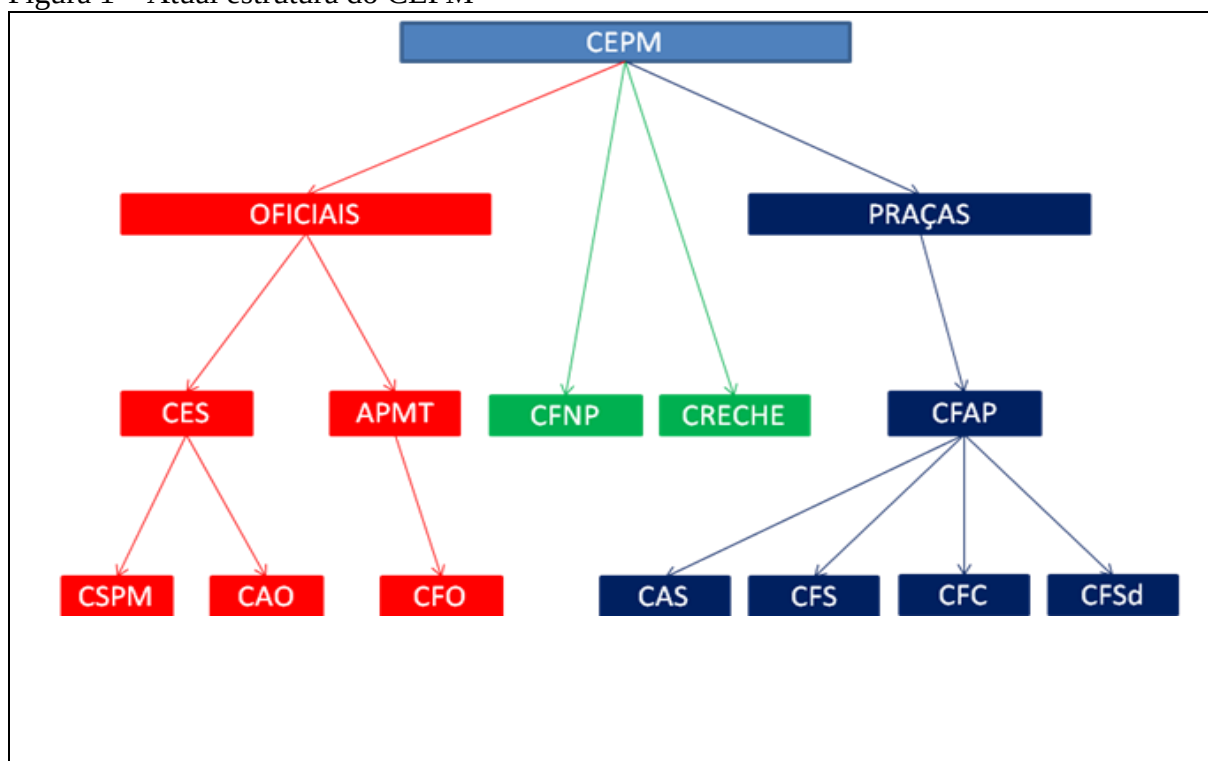
¹² Antes disso as pessoas eram recrutadas para atuarem na Força Policial sem que houvesse critérios bem estabelecidos, como por exemplo, por um período um dos requisitos para ingresso na polícia seria o indivíduo possuir um cavalo (BASTOS JR., 2006, p. 33).

seu ingresso através de concurso público, com os professores igualmente pertencentes ao corpo docente da Secretaria Estadual de Educação, ou seja, trata-se de uma entidade de ensino normal, com as mesmas matérias típicas de uma escola de ensino básico, porém com um regimento interno que comporta algumas características militares, como o fato das alunas não poderem adentrar no ambiente escolar com roupas curtas e justas, assim como existe a vedação explícita ao uso de aparelhos celulares na sala de aula;

✓ **Centro de Educação Infantil Vida e Movimento (Creche da PM):** com ensino infantil do maternal ao pré-escolar, atendendo prioritariamente os filhos de policiais e bombeiros militares.

A título de informação, vale dizer que os Cursos de Formação de Soldados podem ser realizados também em Unidades do interior do Estado¹³, desde que haja previsão na Plano Geral de Ensino (PGE), mantendo a coordenação do CFAP.

Figura 1 – Atual estrutura do CEPM



Fonte: elaborado pelo autor (2015).

Excetuando-se os educadores do CFNP e da Creche, no restante a grande maioria dos instrutores dos cursos militares são os próprios policiais militares, geralmente de posto ou graduação acima dos educandos.

¹³ No sul do Estado geralmente ocorrem cursos em Criciúma (9º BPM), Araranguá (19º BPM) e Tubarão (5º BPM), com duração média de nove meses. Deixamos de trazer mais dados sobre tais Cursos por não ser o objeto do trabalho.

Via de regra, esses educadores não possuem formação docente e se valem dos conhecimentos específicos de sua área de atuação, bem como de suas insígnias (Oficiais) ou divisas (Praças) para serem colocados em sala de aula¹⁴.

À luz do fluxograma da Instituição, a Diretoria de Instrução e Ensino (DIE) é o órgão responsável pela gerência do ensino *interna corporis*, laborando desde o planejamento até a avaliação das atividades de ensino e pesquisa (PMSC, 2015a, p. 3).

Situada atualmente no quartel do Centro de Ensino da Polícia Militar, a DIE edita anualmente dois documentos que servem de balizadores para as atividades de ensino da PMSC, a saber:

- Norma Geral de Ensino (NGE) e
- Plano Geral de Ensino (PGE).

Conceitualmente, o Plano Geral de Ensino define as atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidas na Polícia Militar de Santa Catarina a cada ano, logo, nele deverão estar inscritos todos os cursos de formação e de aperfeiçoamento dos Oficiais e Praças, assim como a grade dos treinamentos, estágios e cursos de formação continuada (PMSC, 2015b).

Por sua vez, a Norma Geral de Ensino revela ter uma abrangência maior, estipulando o sistema de ensino na PM; sua finalidade; as espécies de atividades de ensino; modalidades; conceituações; princípios e regime escolar, entre outros ditames estabelecidos (PMSC, 2015a), o que torna a NGE um documento deveras importante a ser examinado nesse trabalho.

Em seu 1º artigo, a NGE traz que o sistema de ensino na PM “compreende a educação básica¹⁵ e o ensino profissional de formação básica e complementar” (PMSC, 2015a, p. 2). Por seu turno, o aludido ensino profissional de formação básica e complementar “tem como finalidade propiciar aos Oficiais e Praças da Corporação a necessária qualificação para o desempenho dos cargos e funções previstas para as mesmas” (PMSC, 2015a, p. 2), sendo realizado atualmente tanto no Centro de Ensino PM, quanto nas Organizações Policiais Militares espalhadas pelo Estado.

¹⁴ A Norma Geral de Ensino (NGE) nada traz quanto aos critérios para o exercício do magistério nos cursos militares, fazendo somente menção que os docentes serão avaliados pela própria DIE e pelos alunos.

¹⁵ Por educação básica, o artigo 2º da Norma engloba a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, de acordo a legislação específica vigente no país. Essa educação básica é realizada pelo Centro de Educação Infantil Vida e Movimento, a conhecida “Creche da PM”, e pelo Colégio Feliciano Nunes Pires, mais chamado de Colégio Policial Militar.

A formação básica é expressada por intermédio dos cursos de formação¹⁶, enquanto que a formação complementar é formada por cursos de especialização¹⁷, existindo também a formação continuada¹⁸.

Todos os níveis educativos na Corporação são balizados por princípios¹⁹, que devem contentar a necessidade de constante aprendizagem dos policiais militares, tanto que a NGE traz explicitamente os princípios entendidos como relevantes para uma boa prática educativa, como: objetividade, progressividade, flexibilidade, continuidade, produtividade, oportunidade, iniciativa e conhecimento (PMSC, 2015a, p. 4). A definição dada pela Norma é a seguinte:

Art.12. São princípios do Ensino Policial Militar:

I – objetividade - o ensino visa proporcionar os conhecimentos necessários e indispensáveis ao policial militar, levando em conta a sua efetiva preparação para o desempenho de suas atividades;

II – progressividade - o ensino deve partir, em cada curso, do nível de conhecimentos adquiridos anteriormente, evitando-se repetições desnecessárias;

III – flexibilidade - o ensino deve proporcionar a flexibilidade necessária para adaptar continuamente a Polícia Militar à evolução do Estado e do país;

IV – continuidade - o ensino deve ser um processo contínuo, evolutivo e permanente;

V – produtividade - o ensino deve buscar o máximo de rendimento com o menor de custo;

VI – oportunidade - o ensino deve proporcionar cursos e estágios que assegurem a imediata utilização dos conhecimentos adquiridos e atendam integralmente a busca permanente de melhoria dos padrões operacionais e administrativos da Polícia Militar;

VII – iniciativa - o ensino deve estimular permanentemente o indivíduo ou o grupo para a pesquisa, como uma forma de aprofundamento da cultura profissional e geral;

VIII – conhecimento – o ensino deve proporcionar a construção efetiva do conhecimento pelo discente, evitando o mero repasse de informações, através da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

Observamos que o processo educativo não está fechado, pois os princípios encontram-se abertos para a inserção de novas práticas, de forma a fazer com que a sua linha de ensino caminhe *pari passu* com as correntes educacionais atuais.

Com isso, percebemos também que o determinismo fatalista e imobilizante, o qual enuncia que nada poderá ser alterado, não é mais visto de forma natural na caserna, haja vista que o mundo atual requer o aguçamento do senso crítico, do poder do questionamento e da curiosidade²⁰, sem que isso fira os estamentos da vida castrense.

¹⁶ CFO (Curso de Formação de Oficiais), CFS (Curso de Formação de Sargentos), CFC (Curso de Formação de Cabos) e CFSd (Curso de Formação de Soldados).

¹⁷ CSPM (Curso Superior de Polícia Militar), CAO (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) e CAS (Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos).

¹⁸ A formação continuada tem como finalidade repassar aos integrantes da Corporação novas técnicas e táticas de atuação, buscando o constante aprimoramento do efetivo para o desenvolvimento de suas atividades. E abrange todos os cursos, estágios, treinamentos e revitalização desenvolvidos.

¹⁹ Nucci (2012, p. 88) coloca que os princípios irradiam quais são os indicadores a serem seguidos por todo um sistema.

²⁰ A chamada “curiosidade epistemológica” desenvolvida por intermédio da pesquisa, leituras variadas e análise com o consequente alcance do conhecimento do objeto (FREIRE, 2014a, p. 27)

3 A IMPORTÂNCIA DA ESCRITA

Sem o desejo de exaurir o tema em virtude de sua complexidade, a construção e a divisão desse capítulo está ligada a contribuição que a leitura, o professor e o processo educacional militar podem ofertar textos bem redigidos pelos policiais militares.

De antemão, sabemos que o ato de escrever “deve ser considerado uma oportunidade para o aprimoramento de uma pessoa” (MOTTA, 2015, p. 85), algo que demanda tempo esforço intelectual e habilidades específicas que gradativamente vão sendo lapidadas.

Então, não querendo findar totalmente com esse tema, que se mostra muito amplo e complexo, entendemos ser interessante examinarmos algumas características educacionais que impactam no ato da escrita, a fim de alcançarmos um resultado mais argumentativo quanto à produção textual dos policiais militares do 9º BPM.

Iniciamos essa análise com Paulo Freire (2011), que nos faz lembrar não haver escrita e aprendizagem sem uma anterior leitura e pesquisa, pois o ato de aprender repercute em buscar, reprocurar, indagar, constatar, intervir, etc; verbos esses que acarretam na produção de um conhecimento próprio, sem a sombra da argumentação radical e despótica de outra pessoa a lhe assombrar.

Entretanto, não somente a leitura é vista como essencial para a escrita, mas igualmente a conduta do professor em sala e fora dela também, proporcionando um aprendizado desacomodado por parte do aluno. Da mesma forma o sistema educacional militar pode subsidiar a boa escrita, estimulando ou tolhendo a geração da escrita. Todo esse emprego do raciocínio, da argumentação e da produção textual.

3.1 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA A ESCRITA

De antemão, entendemos que a leitura e a prática da escrita são fatores que poderiam ser empregados em benefício do processo textual dos integrantes do 9º Batalhão. Para tanto, o indivíduo deveria se tornar um leitor maduro, proficiente e habilidoso no manejo de textos para se sentir desafiado e confiante a escrever.

Freire (2014a) afiança essa assertiva aduzindo que a escrita e a aprendizagem poderão ser alcançadas com o hábito regular da acurada leitura, a qual tira o indivíduo da

ingenuidade e do senso comum²¹ e o leva à “curiosidade epistemológica”, a qual possui um caráter mais rigoroso. Ele ainda escreveu que trilhar esse caminho é um ato de superação cognitiva, sendo que o professor/instrutor²² não pode negar o direito do indivíduo de ser mais. “Quanto mais me torno rigoroso na minha prática de conhecer tanto mais, porque crítico, respeito devo guardar pelo saber ingênuo a ser superado pelo saber produzido através do exercício da curiosidade epistemológica” (FREIRE, 2014a, p. 63).

Entendemos que essa instigação freireana pela curiosidade guarda uma íntima relação de causa e efeito com o quadrinômio leitura/pesquisa/escrita/aprendizagem²³, algo que Marques (2008, p. 21) caracteriza da seguinte forma:

São processos intercorrentes e intercomplementares, em que a leitura é vista como forma de aprendizagem, conduzidas ambas pela escrita enquanto configuração concreta das tramas conceituais, fio condutor dos estudos, de forma a que os passos dados descortinem novos horizontes, abram outras perspectivas de análise e levantem novas hipóteses, interrogantes à demanda de elucidação.

Afinal, a co-relação ler bem para bem escrever exige que a confecção de um texto seja referendada por um adequado apoio bibliográfico, a fim de pontuar os assuntos mais pertinentes, sem que haja pelo aluno a ostentação de um suposto conhecimento que, a bem da verdade, é oriundo unicamente da cópia escrachada de certo autor renomado.

Aliás, a prática freireana teria sim a aspiração de aquilatar e ampliar a leitura sobre certo tema; instigar a pesquisa de outros textos sobre tal tema; exigir o cotejamento entre as correntes doutrinárias diferentes; fazer com que o leitor se posicione argumentativamente e exponha essa sua posição através da fala ou da escrita²⁴.

A alegação acima manifestada encontra guarida nas palavras de Motta (2015, p. 81), quando diz que por meio da leitura “consegue-se o domínio da palavra, trocam-se ideias e conhecimentos, sendo possível entender o mundo que nos cerca”.

Marques (2008, p. 20) também contribui na relação entre o ato de escrever e o esclarecimento: “Busco agora, a saber: entender o ato de escrever como impulso vital por

²¹ Entendemos estar correto Paulo Freire quando expõe sobre o respeito que se deve ter quanto ao senso comum por se tratar de “saberes socialmente construídos na prática comunitária” (2014a, p. 31), os quais podem e devem estabelecer uma correlação entre o currículo escolar e a experiência social.

²² Santos Silva (2012, p. 64) entende que o professor deve verificar toda a estrutura social em que está inserido, percebendo-se como agente transformador da realidade, desenvolvendo sua prática em benefício de um contexto emancipador aos seus alunos e a si mesmo.

²³ Nesse ponto, Marques exalta bem a importância da escrita nesse processo.

²⁴ O problema reside na conclusão obtida por Brunetta (2012, p. 121), que em sua tese de doutorado acusou a falta de leitura como um dos fatores que fazem com que os alunos em cursos policiais militares não se interessem a ler e escrever.

onde se libertam as forças do espírito e chegar a fazê-lo expressivo de minha singularidade criativa. Esse, de fato, meu problema existencial à busca do auto-esclarecimento”.

Dentro dessa proposição que determina o bom leitor como alguém com uma capacidade intelectual aumentada, temos que a aprendizagem (esclarecimento) guarda íntima ligação com a prática da leitura, entretanto essa assertiva, que dá mostras de ser tão óbvia, perde seu caráter absoluto quando se conhece as diferenças entre a leitura-estudo²⁵ e a leitura de informação²⁶.

À luz dessa dicotomia entres esses estilos de leitura, conseguimos fazer uma projeção para o sistema educacional da PMSC, visto que os princípios erigidos pela Norma Geral de Ensino em nada exaltam a importância da leitura. Essa situação nos deixa preocupados, pois entendemos ser relevante uma boa leitura (proficiente/analítica) para a apropriação do conhecimento e o consequente hábito da escrita.

Entendemos que o ato de ler/refletir/indagar/pesquisar e processar um ponto de vista, típico da leitura-estudo, apresenta-se importante para a maturação do necessário poder de discernimento que um profissional da segurança pública deve comportar.

Ratificando a linha de raciocínio, encontramos em Christofoli (2003) que sem o hábito da leitura, a escrita se torna débil. Nesse viés, não há como promover a escrita se anteriormente não houver a compreensão do objeto (discernimento), e, por sua vez, a compreensão está diretamente relacionada ao ato da leitura-estudo.

Da mesma forma, Smith (1999, p. 90) nos dá um maior embasamento quando observa que na análise de um texto o leitor deve suscitar hipóteses, fazer indagações e destacar pontos importantes de acordo com o seu prévio conhecimento do assunto, sendo que durante a leitura essas incertezas devem ser respondidas, pois essas respostas são o melhor conceito de compreensão, algo que será arquivada na memória de longa duração²⁷.

Kleimann (2008b, p. 39) alinha-se ao conceito de interação em que o locutor se relaciona com o interlocutor por meio do texto num processo que se institui na leitura. Ela

²⁵ Segundo Kleimann (2008a), na leitura-estudo é necessário que o leitor converse com o texto, faça perguntas/hipóteses, anote as afirmações e dúvidas no próprio corpo dos parágrafos, o que recebe o nome de processo tradutório de um texto. Na leitura-estudo ou também chamada de leitura proficiente, por ser um processo bastante complexo, urge a necessidade de uma pré-leitura para se verificar o objeto, a estrutura e as fontes do escrito, bem como, em momento contínuo. Com a linearidade da leitura ocorre o acionamento de hipóteses, algo que posteriormente será motivo de reflexão, respostas e reelaboração pela própria pessoa.

²⁶ Por seu turno, sobre a leitura de informação concordamos com Novaes (1977, p. 15), quando enuncia que o indivíduo não possui uma conduta inteligente caso faça uma leitura puramente informativa dos fatos. Nela há ausência de argumentos e critérios para o questionamento do que está sendo lido. A informação é consumida como algo irretratável e absoluto, um dogma que se mostra inabalável para crença do leitor.

²⁷ Kleimann a classifica como um tipo de memória “cuja capacidade não é limitada ... onde ficaria organizado todo o nosso conhecimento” (2008a, p. 16).

entende que quando o leitor se restringe a somente aceitar o texto como uma verdade absoluta (um dogma) acaba por restringir a sua própria compreensão do todo, já que o texto não pode ser somente percebido (atribuído), mas também pode e deve ser avaliado (minerado) pelo leitor.

Para tanto, o estudante deve “organizar e hierarquizar a informação” (KLEIMANN, 2008b, p. 43), diferenciando os dados mais importantes de outros que são meramente informativos, a fim de entender “a coerência global do texto”, levando em consideração as intenções e o caminho percorrido pelo autor²⁸.

Da forma que os parágrafos anteriores se apresentam, o escrito serviria de interação entre autor e leitor, pois o diálogo entre ambos ocorreria caso a proposta do autor pudesse ser aceita, rejeitada, elogiada ou criticada pelo leitor, fazendo com que a compreensão argumentativa se sobressaísse.

Nesse viés, a leitura proficiente é uma atividade educacional construtiva, que deve ser mediada por um professor progressista que impulse o leitor a se utilizar de vários sentidos para formular hipóteses e passar a interagir com o teor do escrito. Acreditamos que com esse incentivo, o leitor passe a pesquisar sobre o tema e sinta-se à vontade para expor a sua opinião por intermédio da escrita.

3.2 A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR PARA A ESCRITA

As palavras educação e professor estão intrinsecamente relacionadas, pois como Freire (2014b) afirma, o pensamento correto de um professor se afirma pelo exemplo; pela correção de suas atitudes; pela diminuição da distância entre o discurso e a prática; pela consideração às diferenças individuais; pelo apreço à humildade em aprender com os alunos e pelo respeito à compreensão desprovida de métodos que a pessoa traz consigo, entre outras qualidades.

Isso posto, é interessante que o professor/instrutor não esqueça que, mesmo de forma velada, está sendo avaliado pelos alunos. Em razão disso, pois a legitimidade do verdadeiro mestre é alcançada em razão da coerência, da segurança na argumentação, da co-

²⁸ Nessa esteira, Kleimann (2008b) conclui que o aluno possui dificuldade de compreensão do objeto central de um escrito por não perceber a sua “espinha dorsal” em que estão articulados os demais fatores lexicais. Quiçá, essa constatação seja resultado da errada concepção de um texto quando lido por frases independentes, sem se apegar a sua macroestrutura “em que a significação pode ser determinada dentro dos limites sentenciais”, o que levaria “a uma espécie de redução referencial do texto”, considerando-se, unicamente, o ponto de vista do autor.

participação do saber e da força da dialética, algo que Freire (2014a, p. 39) sintetizou afirmando que:

A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de inteligir, desafiar o educando com quem se comunica, a quem comunica, a produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado ... O pensar certo, por isso, é dialógico e não polêmico.

O desafio, conforme as palavras de Freire (2014b), é fazer um diagnóstico e propor métodos para reverter essa conjuntura de forma a serem eficientes a criar um ambiente propício para a interação e a compreensão crítica de seu conteúdo, proporcionando que o próprio sujeito (enquanto um ser inacabado²⁹) produza o seu aprendizado em conluio com o seu professor, exaltando a aprendizagem e fazendo com que a produção desse conhecimento possa ser concretizada através da escrita.

Em assim sendo, compartilhamos com a reflexão de Nascimento (2013, p. 24), a qual em sua dissertação de mestrado escreveu que “uma melhor qualificação profissional dos policiais militares vincula-se a figura do professor, inclusive na forma de pensar dos alunos e da condução de sua prática educacional para a formação do operador de segurança pública”.

Nascimento (2013, p. 83) ainda continua nos seguintes termos:

É necessário que o discente observe a si mesmo e o seu grupo de trabalho experimentando a reflexão e análise entre a própria percepção e a dos professores, permitindo, com isto, a explicação e a revisão, oferecendo ao aluno a possibilidade de tomar consciência de suas necessidades e motivações de suas ações e, a partir daí, idealizar um projeto pessoal de formação, transitando de uma simples aquisição do saber-fazer para uma formação que leve a uma identidade profissional.

Para tanto, é importante que o aluno assuma o papel de protagonista na produção do saber, não esperando passivamente a transferência do conhecimento. É relevante o aluno criar, juntamente com um professor progressista, as possibilidades para o seu crescimento intelectual, sendo que a leitura e a escrita se apresentam como caminhos coerentes para essa conquista.

O instrutor progressista também foi caracterizado por Santos Silva (2012, p. 51) como sendo um modelo ideal de educador, pois possibilita que o indivíduo elabore a sua própria história, sendo o co-autor de sua aprendizagem³⁰.

²⁹ Freire coloca que o ser humano é naturalmente inacabado, o qual pode ir mais além num processo constante de busca, visto poder ser condicionado, sem que haja determinismos (2014a, p. 52).

³⁰ Para que tenhamos um sistema educacional pautado na investigação, gerando profissionais inquietos na busca do saber, Mizukami (2015) aponta as qualidades a serem desenvolvidas pelo professor da seguinte forma:

- Autenticidade;
- Compreensão empática - compreensão da conduta do aluno a partir do referencial do próprio aluno;

Ratificamos que o instrutor progressista deixa de ser o único interlocutor da matéria, tornando absoluto o seu ponto de vista, pois, por vezes, a razão pode não lhe assistir e a sua autoridade pode se transformar em autoritarismo³¹.

De outro modo, exaltamos a identidade, a dignidade e responsabilidade da pessoa a fim de se criar a atmosfera ideal para que suas virtudes se sobressaíam. Vemos que o comportamento ideal do professor se aproxima de uma prática mais aberta para a interação entre o saber popular trazido pelo aluno, o conhecimento agregado pelo professor na arte da docência e, evidentemente, o objeto a ser examinado³².

Todavia, além da co-responsabilidade que professores e alunos possuem na aprendizagem, vemos que igualmente preocupa a temática sobre a formação dos professores do meio militar.

Essa demanda é oriunda da falta um adequado referencial teórico para exercerem esse ofício, pois, via de regra, basta ter um conhecimento específico sobre certa área e ser superior hierárquico ao corpo discente, que os requisitos já serão considerados como cumpridos para estar à frente de uma sala de aula de um curso militar.

Essa constatação foi apontada por Poncioni (2014) em seus estudos, asseverando que os instrutores militares geralmente são oriundos da própria Instituição, acumulando a atividade docente com outras inerentes ao setor em que está vinculado. Poncioni (2015, p. 84), ainda nos faz lembrar a importância de um corpo de professores preparados para essa demanda:

Uma melhor qualificação profissional dos policiais militares vincula-se a figura do professor, bem como em sua forma de pensar esse aluno e de condução de sua prática educacional para a formação do operador de segurança pública... não há nas organizações policiais um corpo docente dedicado integralmente ao ensino e à supervisão dos estágios curriculares dos policiais em curso.

Nesse patamar, os professores militares colaborarão sobremaneira para a melhoria do poder de análise e argumentação de seus alunos, assim como se sentirão mais confiantes a fazerem aberturas em suas aulas. Nessa vereda, uma simples pergunta não é uma

➤ Apreço e confiança ao aluno.

³¹ Em que o professor/instrutor passa a ser taxado como uma pessoa que perturba e impossibilita a busca pelo saber do corpo discente. Freire coloca que o autoritarismo é uma forma indisciplinada de comportamento em desfavor da liberdade (2014a, p. 86). O autoritarismo destrói a imagem que o professor tem junto aos seus alunos, os quais avaliam negativamente esse tipo de conduta.

³² O importante é a evolução cognitiva da pessoa, sua superação da inocência para a inquietude. Não se trata de uma ruptura, pois as definições pré-concebidas também são consideradas, como as condições sociais e econômicas em que vive.

demonstração de desrespeito ou de descrença ao que disse o professor/instrutor, muito menos que esse aluno seja taxado de indisciplinado.

Nessa trilha, vemos que a leitura deve ser incentivada desde as séries iniciais, procurando retirar a pessoa de qualquer espécie de passividade quanto à leitura. Ocorre que, por vezes, esse impulso não é dado nas primeiras séries do ensino fundamental, o que reduz e prejudica substancialmente a formação do leitor minerador e da sua apropriação do conhecimento. Chegamos a esse raciocínio após a leitura do texto de Kleimann (2008b, p. 41) na seguinte passagem:

[...] uma consequência dessa passividade, produto de um tipo de ação do professor no contexto, é a imposição de uma leitura única, que privilegia o autor, ou o professor intérprete do autor, e que leva o aluno a aceitar sem questionar a palavra escrita, em vez de conscientizá-lo de que é possível fazer leituras múltiplas de um mesmo texto.

Raciocinamos que essa passividade também interfere bastante no ato do professor ter a incumbência de executar uma única leitura, padronizada, despótica e crente que está cumprindo o seu papel, preterindo a possibilidade de interpretação de um texto ao aluno.

Por fim, não somente o professor, mas cabe também a Instituição proporcionar um cenário propício para o verdadeiro aprendizado. Sobre esse tema, Freire (2014a, p. 121) indica o ambiente escolar como o centro de formação do saber do indivíduo, tendo a tarefa de instigar constantemente a curiosidade com o fito de aumentar a sua capacidade de discernimento das coisas e dos fatos, em nome da sua intrínseca dignidade de ser humano³³.

3.3 A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO EDUCACIONAL MILITAR PARA A ESCRITA

Sobre o processo educacional militar, Poncioni (2014) pensa que o mesmo comporta um aspecto limitador. Tal apontamento foi alcançado por intermédio de seu levantamento junto os cursos de formação profissional³⁴ de policiais em vários Estados do Brasil. Nesse estudo, ela concluiu haver várias semelhanças, tendo como principais características:

- ✓ Molda o policial para um comportamento legalista;

³³ Compartilhamos do mesmo pensamento de Marques (2008, p. 66) quando estampa que a persuasão da pessoa, sua fala e entendimento do todo, passam a ser diferenciados com a leitura e a escrita.

³⁴ Para Cardoso (2004, p. 50) a formação “é entendida como um processo de aquisição e de reconstrução de saberes necessários à intervenção social, como oportunidade para repensar a própria postura ética, com possibilidade de analisar e aprimorar a prática, além de poder partilhar e debater abordagens diferentes, gerado vários questionamentos”.

- ✓ Enfatiza o preparo à repressão e não à prevenção;
- ✓ Reproduz a mesma formação profissional há algum tempo³⁵.

Aliás, essa atrofia intelectual é fielmente retratada também por Monet quando estampa que as instituições militares têm um caráter conservador e similar entre si, o que dificulta sobremaneira as mudanças que se mostram necessárias com o decorrer do tempo

A cultura policial se marca, finalmente, por um conservadorismo intelectual que, sob a capa do pragmatismo, privilegia o olhar rasteiro, a tomada em consideração apenas dos elementos concretos e antiintelectualismo, tudo o que se apresenta sob a forma de inovação, de experimentação ou de pesquisa suscita reações de rejeição imediata. Pelo fato de ser redutora de incerteza, a reprodução do eterno passado congela o universo policial em práticas rotineiras e bloqueia sua capacidade de se adaptar à mudança social (MONET, 2001, p. 155).

Sobre essa questão, Redondo (2015, p. 2) expõe uma dúvida bastante pertinente, perturbadora e que se encaixa a um modelo educacional limitador: “será que é mais útil para o grupo que os novos reproduzam o saber ou entendam a necessidade dele ao praticar a sua utilidade”.

Rolim (2015) assinala que o conhecimento científico aparece como algo intangível, abstrato ou excessivamente teórico para a prática policial. Percebemos que para os estudiosos já citados o processo educacional militar prima pela objetividade, pelo pragmatismo educacional, sem se preocupar com o aprofundamento dos temas.

Essa pobreza em se fazer ciência nas organizações policiais militares foi também explanada por Santos Silva (2012, p. 13) quando expôs que “no tocante a escrita voltada para o ensino policial militar, ainda percebemos uma produção escassa, sendo que somente nos últimos anos foram desenvolvidos alguns estudos relacionados a esse ensino em todo o país”.

Brunetta (2012, p. 196) colabora afirmando que o pragmatismo educacional da PM, representado nas “experiências de aprendizagem” e no esvaziamento de conteúdos teóricos, anula as oportunidades de reflexão, principalmente no que tange ao seu papel dentro da sociedade.

Em assim sendo, percebemos que a ideologia³⁶ apregoada na caserna comporta um caráter fatalista e pré-determinado e, segundo Freire (2014b), por vezes obscurecendo a realidade e não deixando margem para a reflexão. Nela, a realidade se mostra imóvel e o futuro já é sabido.

³⁵ Redondo pensa que “a fraqueza do ensino não está no conteúdo, mas na forma como se ensina” e propõe que a aprendizagem sirva de base para a construção de verdadeiros cidadãos (2015, p. 17).

³⁶ A ideologia tem um forte poder de persuasão, confundindo a realidade, distorcendo a percepção dos fatos e das coisas (FREIRE, 2014a, p. 129).

Marques (2008, p. 28) corrobora com esse quadro, condenando a repetição incipiente sem que o objeto passe pelo exame intelectual da pessoa, a qual poderia adquirir potencial para ser um escritor caso o ato de simplesmente repisar velhos conceitos fosse preterido: “Evidentemente, estou o tempo todo me referindo ao escrever, não a reprodução do que já foi escrito, transcrição do que já foi pensado. Escrever como provocação ao pensar, como o suave deslizar da reflexão, como a busca do aprender, princípio da investigação”.

Tal postura retratada na citação acima certamente nos aparenta ser mais exigente e difícil. Por essa razão deve existir uma incontestável predisposição própria³⁷ para a mudança, sob pena de ser somente mais uma aspiração sem ser concretizada. Essa conclusão repercute em uma responsabilidade que o aluno militar deve estar sujeito a arcar.

Sobre a responsabilidade que o aluno deve ter com a sua própria formação, encontramos o seguinte legado de Freire (2014a, p. 24):

É preciso, sobretudo, e aí já vai um desses saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.

Então, o conceito de co-responsabilidade com o seu próprio conhecimento, afastando-se da dependência de outra pessoa³⁸, é algo a ser perseguido pelo aluno. Sobre esse assunto, Nascimento (2013, p. 126) afirma que “é comum, quando se questiona o desempenho dos policiais, relacionar o mau desempenho com despreparo e atribuir o despreparo a má formação”.

Em razão disso, Brunetta (2012) expõe que há hoje um consenso pela necessidade de um esforço intenso de abrangência nacional para o aprimoramento da formação em segurança pública. Este movimento vem ao encontro da busca incessante do conhecimento em suas mais variadas áreas como forma de elucidação e desvelamento da verdade, segundo enunciaram Luckesi e Passos (2004).

Nesse sentido, acreditamos que o progresso cognitivo e analítico da Força Policial acontecerá com a formulação de perguntas e hipóteses, quer seja numa leitura, nas práticas de sala de aula ou com o manejo da escrita.

³⁷ Entendemos também como respeitável o pensamento de quem não deseja a mudança, preferindo permanecer na ingenuidade/obscuridade do conhecimento, todavia cabe ao educador instigar às pessoas para que se aventurem a sair da inércia acomodativa de receber o saber já pré-concebido pela leitura de outros.

³⁸ Bacon (1984) em seu enunciado que prega que o conhecimento possui uma grande força política, pois torna o indivíduo em sujeito de direitos e deveres, prerrogativas e obrigações, algo que para esse trabalho poderíamos interpretar como sendo: esclarecimento/consciência/responsabilidade.

Entretanto, vale lembrar que os princípios erigidos pela Norma Geral de Ensino da Corporação em nada exaltam a importância da leitura e escrita. Nesse aspecto, entendemos que o modelo de gestão educacional na PMSC deve ser revisto, todavia não nos aprofundaremos nesse tema por não estar nos objetivos principais desse trabalho.

Além desse ponto, temos que essa carência ocasiona a cessão de espaço para que outras áreas do conhecimento humano passem a elaborar hipóteses impraticáveis de resolução dos problemas internos da Força Policial, assim como apresentem “teses messiânicas” aos óbices de segurança pública no Brasil.

Desse modo, a brancura da folha ou o piscar do cursor, não serão apavorizantes, tampouco castradores da mente inventiva do indivíduo, que escreve por gosto e fascínio. Marques (2008, p. 19) complementa dizendo do seu prazer em escrever com as seguintes palavras: “a leitura me levava aos poucos, e somente podia levar-me a escrever por gostar”.

4 A PRODUÇÃO TEXTUAL SOB A ÓTICA DOS POLICIAIS MILITARES DO 9º BATALHÃO PM

Nesse capítulo procuraremos exprimir a opinião que possuem sobre trabalhos escritos pelos milicianos sobre alguma temática atinente ao serviço da PM. Para tanto, usaremos as entrevistas feitas junto a um grupo de policiais militares que trabalham no 9º Batalhão

Nesse contexto, esse capítulo traz o percurso metodológico que foi seguido a fim de situar o leitor sobre a forma de abordagem e de tratamento das informações coletadas. Em seguida, traçamos o perfil dos entrevistados para os conhecermos mais de perto e possamos confirmar o caráter heterogêneo das entrevistas.

O capítulo ainda nos mostra o resultado das respostas mais elucidativas, as quais revelam a opinião que os entrevistados possuem da quantidade e da qualidade dos escritos produzidos por policiais militares, assim como o incentivo dado pela Corporação para a produção de textos pelos seus membros.

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Em busca de melhor responder a questão-problema desse exame, fornecendo novas informações sobre o tema e, conseqüentemente, gerando novos questionamentos, foi que concebemos a necessidade de ir a campo saber a opinião dos policiais militares do 9º Batalhão sobre a produção textual de seus pares.

Essa opinião pode ser conceituada como um dado empírico, que, segundo Motta (2015, p. 101), será confrontado com a fundamentação teórica aqui apresentada para melhor explorar, interpretar e teorizar os materiais colhidos nas entrevistas.

Foi escolhida a entrevista como instrumento para coleta de dados por entendermos que ela proporciona uma maior familiaridade com a questão central de cada pergunta. Nas entrevistas, as perguntas são feitas pessoalmente pelo entrevistador e as respostas são dadas verbalmente pelo entrevistado (CRESWELL, 2007).

Ainda no que tange à entrevista, Gil (1996) explica que ela se dá por meio de um diálogo planejado entre entrevistado e entrevistador, que deve escrever as informações manifestadas para que não haja distorções futuras, o que comprometeria a análise fiel dos dados. Para Minayo (2007), a entrevista cede espaço para que o pesquisador possa captar

outros aspectos que permeiam a fala do interlocutor e a partir daí, faça a descoberta de novas informações.

Quanto ao tipo de entrevista, adotamos a semi estruturada³⁹ “que se organiza por meio de um roteiro parcialmente estabelecido, aplicado ao entrevistado” (MOTTA, 2012, p. 102). Entendemos ser esse tipo de entrevista o mais adequado ao trabalho porque possibilita a experiência pessoal e profissional do interlocutor, partindo de questionamentos básicos apoiado em teorias e hipóteses (TRIVIÑOS, 1995, p. 146).

Desse modo, levamos a cabo as entrevistas procurando constatar junto aos policiais militares os óbices; as potencialidades; o incentivo da Corporação; a prática da leitura e da escrita pelos policiais militares. Assim sendo, preocupamo-nos em averiguar as circunstâncias que atuam de forma determinante ou superveniente para a escrita e, dessa forma, possamos suscitar hipóteses a fim de melhor responder a questão-problema dessa pesquisa: Qual a opinião dos policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina sobre a produção de textos referentes a assuntos produzidos por membros da própria PMSC que tenham relação com a sua atividade laborativa?

Logo, tais entrevistas servem para entendermos a opinião que os policiais militares do 9º BPM têm da produção textual de seus pares com relação a temas destinados a sua atividade laborativa, a qual é o objetivo principal desse trabalho. Além disso, poderemos apurar os seguintes propósitos específicos:

- a) Analisar na literatura educacional a importância da escrita nos processos educativos, particularmente, na de policiais militares;
- b) Apresentar aspectos institucionais da Polícia Militar de Santa Catarina, a fim de identificar os processos educativos no âmbito de uma instituição militar;
- c) Analisar a opinião de policiais militares sobre o processo de leitura no âmbito da PMSC;
- d) Identificar quais os limites e possibilidades da produção textual a partir dos processos educativos de uma instituição militar.

Anteriormente à realização das entrevistas, por uma questão procedimental, tomamos duas providências. Uma delas foi pleitear formalmente a devida autorização ao Comando Regional da Instituição para que nos concedesse a oportunidade de fazer essa pesquisa junto aos seus membros, o que foi prontamente deferido pelo Sr. Coronel PM Lênio Espíndola, Comandante da 6ª Região de Polícia Militar, sediada em Criciúma (vide anexo A).

³⁹ O roteiro da entrevista está no anexo C.

Outra medida tomada foi a realização de um pré-teste, não almejando o alcance dos objetivos gerais e/ou específicos da pesquisa, e sim, a constatação se o instrumento empregado estava bem aferido para que possa trazer os dados esperados com a futura interlocução, conforme nos ensinam Lakatos e Marconi (2013, p. 88).

Depois dessa entrevista-piloto, as perguntas foram reanalisadas e fixadas em sete eixos para os questionamentos, sendo:

➤ três pautadas em critérios para se determinar o perfil do entrevistado, que foram:

- 1) Posto ou Graduação;
- 2) Tempo de serviço na PMSC;
- 3) Grau de escolaridade.

➤ quatro em que o entrevistado expressou a sua forma de pensar, sendo elas:

- 1) atividade docente/textual dentro ou fora da PMSC;
- 2) quantidade e qualidade na produção de textos sobre assuntos afetos ao serviço da PM;
- 3) incentivo da PMSC para a prática da leitura e escrita;
- 4) prática educacional empreendida pela PMSC e como ela interfere na produção textual dos policiais militares

De 10 a 24 de outubro de 2015 foram executadas as sete entrevistas, que englobaram profissionais de diferentes círculos hierárquicos⁴⁰ da vida militar, quer sejam Oficiais, Sargentos ou Soldados. Além da diferenciação por graus hierárquicos, a nominata dos entrevistados foi determinada pelo nível de escolaridade e o tempo de serviço dentro da PMSC.

A escolha por esses pressupostos é oriunda do conhecimento prévio que temos da Instituição Policial Militar, pois em mais de 22 (vinte e dois) anos de carreira presenciamos mudanças marcantes na sua forma de gestão. Essas mudanças ainda hoje provocam rompimentos de paradigma na forma de pensar e de agir dos policiais militares a depender de sua posição na escala hierárquica, seu tempo de serviço e seu grau de escolaridade, por exemplo. Dessa forma, entendemos que tais critérios não sejam os únicos balizadores, mas contribuem para o alcance dos objetivos desse trabalho.

⁴⁰ Oficiais: policiais militares, do posto de Coronel a 2º Tenente, encarregados do comando, chefia e direção da Instituição; Praças: policiais militares, da graduação de Sub Tenente a Soldado, que auxiliam e complementam as atividades exercidas pelos Oficiais (SANTA CATARINA, 1983b, p. 7).

Vale destacar que todos os entrevistados manifestaram formalmente sua inequívoca chancela (Termos de Consentimento no anexo B) com a publicidade do teor de suas respostas. Mesmo assim, as entrevistas não estão identificadas com o nome da pessoa e sim com uma numeração (vide Quadro 3). Tal procedimento foi feito para guardar maior lisura à pesquisa e deixar o entrevistado mais à vontade em suas respostas.

Para a realização das entrevistas, as pessoas foram contactadas previamente a fim de tomarem ciência do que se tratava e refletissem sobre a sua participação, havendo plena liberdade para declinar do convite, algo que não ocorreu.

Em razão da sua maior facilidade, pois os entrevistados e o entrevistador são policiais militares e com a devida autorização de quem de direito (Comandante Regional), as entrevistas foram feitas em vários ambientes do Quartel do 9º Batalhão, porém fora do horário de serviço dos policiais militares envolvidos⁴¹.

O clima entre os entrevistados e o entrevistador foi bastante harmonioso e descontraído, sinal que os entrevistados entenderam por completo a natureza investigativa e contributiva que essa pesquisa possui. Outra constatação observada nas respostas e no próprio comportamento dos entrevistados durante as entrevistas, foi que o ambiente militar não pesou em desfavor da autenticidade e do poder de crítica a alguns apontamentos da vida na caserna.

Por terem sido entrevistas com a preocupação de extrair o ponto de vista do entrevistado quanto a algumas perspectivas na escrita dos policiais militares do Batalhão, o tempo médio dispendido para as respostas foi de 16 minutos e 15 segundos. Esse tempo está dentro que esperávamos para uma entrevista em que quatro perguntas necessitaram de maior reflexão para que fossem obtidas respostas mais completas.

4.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A nominata dos setes entrevistados também foi fruto do conhecimento que possuímos junto ao efetivo que atualmente trabalha no 9º Batalhão, em que procuramos expressar a quantidade de entrevistados em respeito aos critérios e de forma a manter uma

⁴¹ Os entrevistados 3, 5 e 7 estavam fardados, pois a entrevista se deu em momento logo após o término do seu turno de serviço. Os entrevistados 1, 2, 4 e 6 vieram de suas casas, em trajes comuns (à paisana) para conceder a entrevista.

proporcionalidade com o montante total de policiais militares do Batalhão⁴², conforme segue no quadro:

Quadro 2 - Relação efetivo total do 9º BPM e número de entrevistados

GRAU HIERÁRQUICO	EFETIVO TOTAL	Nº DE ENTREVISTADOS
Oficiais	12	1
Sub Tenentes e Sargentos	35	2
Cabos e Soldados	215	4
TOTAL	262	7

Fonte: elaborado pelo autor (2015).

Ademais, acreditamos que a escolha de tais critérios nos proporcione condições de comportarmos um grupo de entrevistados bastante heterogêneo, fornecendo-nos um panorama mais aproximado do real, pois a leitura dos dados não se mostra viciada ou indevidamente elitizada, caso fosse realizada tão-somente com certo grupo de pessoas.

De acordo com tais parâmetros, as entrevistas tiveram um perfil bastante diversificado, conforme vemos no quadro que segue:

Quadro 3 - Relação dos entrevistados com os critérios de escolha

Nº	GRAU HIERÁRQUICO	TEMPO DE SERVIÇO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE
1	Capitão PM	13 anos e 7 meses	Pós-graduação em Direito Constitucional
2	3º Sargento PM	12 anos	Pós-graduação (<i>lato sensu</i>) em Metodologia do Ensino
3	3º Sargento PM	36 anos	Médio completo
4	Cabo PM	21 anos e 5 meses	Graduação em Direito
5	Cabo PM	21 anos	Fundamental completo
6	Cabo PM	19 anos	Pós-graduação em História e Educação Inclusiva
7	Soldado PM	1 ano e 3 meses	Mestrado em Engenharia Florestal

Fonte: elaborado pelo autor (2015).

⁴² De acordo com a 1ª Seção do Batalhão (setor de recursos humanos), em 16 de novembro de 2015, o 9º BPM possuía em Criciúma: 12 Oficiais, 35 Subtenentes e Sargentos, 216 Cabos e Soldados, perfazendo um total de 263 policiais militares.

4.3 A PRODUÇÃO TEXTUAL DOS POLICIAIS MILITARES

As perguntas 4 e 5 da entrevista fazem uma sondagem mais específica da opinião que os entrevistados têm da produção textual dos policiais militares. Para iniciarmos nossa análise, temos que a pergunta de número 4 traz como eixo temático a busca uma informação do próprio entrevistado, que é prática da docência e da produção de textos.

Essa questão possui a possibilidade de múltiplas respostas, pois indaga sobre uma possível prática docente pelo entrevistado, assim como o potencial desenvolvimento de alguma atividade textual, ambas dentro ou fora da PMSC.

Obtivemos como resposta o seguinte cenário:

Quadro 4 - Resposta à questão nº 4

ENTREVISTADO	ATIVIDADE DOCENTE	ATIVIDADE TEXTUAL
1	Atualmente leciona no Curso de Direito da UNISUL e nos Cursos de Formação do 9º BPM	Somente desenvolveu textos durante a sua graduação e especialização fora da Corporação
2	Atualmente leciona aulas em matérias jurídicas nos Cursos de Revitalização do 9º BPM	Também somente produziu alguns textos durante a sua graduação na Universidade
3	Atualmente leciona aulas de equitação e adestramento de cavalo a título particular	O único texto foi produzido em 1999.
4	Nunca exerceu a docência	Nunca escreveu um texto sobre um tema afeto à PMSC
5	Somente palestrou algumas vezes há algum tempo	Nunca escreveu um texto sobre um tema afeto à PMSC
6	Lecionou História e Ensino Religioso por 4 (quatro) anos na rede municipal de ensino de Criciúma	Tem o hábito da escrita, tendo já produzido 6 (seis) artigos publicados em revistas e mais de 35 (trinta e cinco) jornais, tendo como temática o negro
7	Não possui prática na docência	Assim como outros, somente escreveu textos na sua graduação e especialização.

Fonte: elaborado pelo autor (2015).

Comparando as informações desse quadro com a Quadro 3, que trouxe o perfil de cada entrevistado, inferimos três observações principais: a ausência de relação da docência com a escrita, a falta de nexos entre o nível de escolaridade mais elevado e a escrita, a ocorrência da escrita somente quando houve necessidade.

Em suma, com essa pergunta conseguimos aferir que a escrita não é uma prática comum entre os entrevistados, independentemente de seu grau hierárquico ou tempo de serviço na Instituição. Essas informações nos permite também supor que os demais policiais militares do 9º BPM também não possuem o hábito da escrita.

Sobre essa carência constatada nas entrevistas, vimos que elas ratificam a contribuição dada no segundo capítulo por Santos Silva (2012, p. 13), que em sua dissertação de mestrado pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) expôs a seguinte conclusão que vale a pena ser retomada nesse momento: “no tocante a escrita voltada para o ensino policial militar, ainda percebemos uma produção escassa, somente nos últimos anos foram desenvolvidos alguns estudos relacionados a esse ensino em todo o país”.

Com relação a ausência de relação da docência com a escrita, temos que dos sete entrevistados, quatro (entrevistados 1, 2, 3 e 6) lecionam aulas teóricas ou práticas em cursos militares ou em estabelecimentos de ensino comuns, mas não possuem o hábito da produção textual. Por seu turno, os entrevistados 4, 5 e 7 nunca lecionaram, tampouco possuem a praxe da escrita.

Dos entrevistados que exercem o magistério somente o entrevistado 6 é dado à escrita. Esse aspecto nos faz lembrar as críticas feitas por Poncioni (2014) ao militar que se coloca na posição de professor somente por conta do seu grau hierárquico, porém se mostra alheio ao estudo e à pesquisa⁴³.

Nessa trilha, recordamos também que a Norma Geral de Ensino nada traz quanto aos critérios para o exercício do magistério nos cursos militares. Essa ausência se mostra coerente e alinhada aos estudos de Poncioni e com as respostas dadas nas entrevistas.

A segunda constatação advinda desse eixo nos mostrou a falta de nexo entre o nível de escolaridade mais elevado e a escrita, pois dos sete entrevistados, quatro possuem especialização e somente um deles (entrevistado nº 6⁴⁴) escreve periodicamente.

Outrossim, por conta das entrevistas verificamos que a escassez na produção textual não é somente de temas afetos a PMSC, mas também de outros assuntos, ou seja, existe uma pobreza na escrita que não se restringe a assuntos policiais militares.

⁴³ Nesse ponto, comungamos com Freire (2014a, p. 23) na sua ideia do “educador progressista”, o qual trabalharia aproximado à pesquisa, ensinando sem simplesmente transferir o conhecimento.

⁴⁴ O entrevistado 6, único que recorrentemente escreve, tem a sua escrita voltada para a sua área de formação acadêmica (História).

Essa proposição nos leva a crer que possivelmente a falha não tenha seu início na Instituição, mas também acaba se desenvolvendo nela. Por verdadeiro é que as razões dessa disfunção são de difícil constatação para esse estudo⁴⁵.

A terceira reflexão desse eixo diz respeito ao policial militar ler e escrever somente quando houve necessidade, leia-se, obrigatoriedade, nos cursos de graduação e especialização de uma instituição de ensino superior, algo que comprova a teoria de que não somos ensinados a ler e a escrever desde as séries iniciais.

Por sua vez, a pergunta 5 da entrevista não possui um caráter tão intimista quanto a número 4, pois aquela procura revelar o que pensam os interlocutores sobre a quantidade e a qualidade da produção textual dos integrantes do Batalhão.

As respostas se mostraram unânimes no tocante ao pequeno volume de textos produzidos pelos policiais militares. Tal constatação fora explicada dessa maneira pelo entrevistado 2: “Existem poucos autores que escrevem com proficiência, pois estudam sobre um certo assunto, então, nesses casos ocorre uma boa qualidade redacional, porém poucos são os que a escrevem”.

Essa assertiva somente ratifica que os entrevistados não detêm a prática da escrita sobre assuntos relativos às atividades que exercem, algo já analisado na questão anterior. Além disso, revela um olhar mais genérico quanto à carência de textos por seus colegas policiais militares.

O entrevistado 1 indicou a falta de incentivo da Corporação e a falta de vontade dos próprios policiais para o alcance desse cenário, o que foi corroborado pelo entrevistado 6.

Sobre essa omissão da Instituição, devemos nos recordar que a Norma Geral de Ensino (NGE) não traz a prática da escrita como um dos pilares do processo educacional, o que entendemos ser um fator decisivo para que tenhamos esse resultado nas respostas.

De forma mais específica no tocante à qualidade, o entrevistado 3 preferiu citar a escrita técnica executada na confecção da documentação pertinente ao serviço. Segundo ele, os textos operacionais produzidos pelos policiais militares são “de difícil entendimento em razão de erros na língua portuguesa”. Essa mesma observação foi feita pelos entrevistados 2, 4 e 7.

Entendemos que nas redações de caráter técnico, a faceta pragmática da educação militar caracterizada por Monet (2001, p. 155) fica evidente, a ponto do entrevistado 7⁴⁶

⁴⁵ A passividade no hábito da leitura talvez seja fruto da falta de incentivo desde as séries iniciais, em que se aprende que ler é uma obrigação e não um prazer (KLEIMANN, 2008b).

afirmar o seguinte: “[...] a redação é bastante sucinta e objetiva. Usa uma linguagem técnica para a escrita em documentos oficiais. A qualidade fica em segundo plano, pois o importante é informar”.

Essa natureza essencialmente utilitarista da escrita operacional/técnica é difundida em razão da objetividade ser um dos princípios da atividade educacional na Organização, conforme analisamos no inciso I do artigo 12 da NGE⁴⁷. Por sua vez, todos os entrevistados expuseram predicados para a escrita fruto do estudo e da pesquisa. Nesse contexto, ressaltamos a colaboração dada pelo interlocutor 6, que se mostrou o escritor mais contumaz entre os entrevistados: “a qualidade é boa porque existem argumentos a favor da boa escrita em razão do bom poder de persuasão”.

Somos da opinião que o poder de persuasão é oriundo do conhecimento usual/comum que o policial militar vai adquirindo com os anos de trabalho, já que o saber empírico e funcional é bastante difundido na Corporação. Todavia, a produção de textos é algo que requer a junção de fatores educacionais com o saber empírico, como nos ensinou Freire em seu livro: “A pedagogia da autonomia” (2014a).

Sendo assim, sob a ótica dos entrevistados a quantidade de textos produzidos por polícias militares é pequena em razão do pouco incentivo que a Corporação proporciona⁴⁸, o que acarreta numa ínfima motivação dos policiais militares em se dedicar à leitura/pesquisa/escrita.

Quanto à qualidade, eles entendem que a escrita usual, feita nos documentos operacionais de atendimento de ocorrências, é bastante fraca no tocante à gramática e às regras da língua portuguesa. Entretanto, os textos elaborados com maior esmero e estudo são bem conceituados por conta do conhecimento que os escritores detêm.

⁴⁶ Compreendemos que esse ponto de vista do entrevistado 7 ganha força porque se trata do único Mestre que fora entrevistado, assim como é o entrevistado mais novato na Instituição, estando há somente 1 ano e 3 meses na PMSC. Dessa forma, esse entrevistado pode ser visto como alguém que ainda não foi totalmente impregnado pelos costumes objetivos e utilitaristas da escrita militar.

⁴⁷ Art.12. São princípios do Ensino Policial Militar:

I – objetividade - o ensino visa proporcionar os conhecimentos necessários e indispensáveis ao policial militar, levando em conta a sua efetiva preparação para o desempenho de suas atividades;

⁴⁸ Um bom exemplo dessa afirmação é o entrevistado nº 6, que é afeto à escrita sobre textos alheios a PMSC, pois não se sente motivado a escrever sobre assuntos da caserna.

4.4 A INFLUÊNCIA DA PRÁTICA EDUCACIONAL MILITAR NA PRODUÇÃO TEXTUAL SOB A ÓTICA DOS POLICIAIS MILITARES DO 9º BATALHÃO PM

As duas últimas perguntas indagam acerca da ação que sofre a produção textual dos policiais militares em decorrência da prática educacional implementada pela Organização.

Para tanto, a questão 6 foi concebida com o propósito de verificar o incentivo da Corporação para a leitura e a escrita. Essa indagação aborda, num primeiro momento, uma questão geral e, em seguida, faz uma pergunta de caráter personalíssimo, porém em ambos os questionamentos é colocado em xeque o fomento da Corporação para a leitura e a escrita.

As respostas já foram parcialmente dadas na questão anterior, em que os entrevistados apontaram a ausência de estímulo da Instituição como um dos fundamentos para a baixa produção textual. Nesse sentido, os entrevistados asseveraram que existe um mínimo impulso durante os cursos de formação e aperfeiçoamento, todavia fora desses momentos, a instigação não ocorre. O entrevistado 4 foi mais radical, afirmando que não ocorre incentivo em momento algum na carreira policial militar⁴⁹.

O único entrevistados que divergiu completamente foi o nº 3, o qual entende que há incentivo no Quartel para a leitura/escrita, “porque a própria profissão obriga o policial militar a procurar o conhecimento através da leitura”.

Então, com base na maioria das respostas, argumentamos que a PM pouco alavanca a leitura e a escrita, sendo nos cursos os momentos de exceção a essa regra. Brunetta (2012, p. 121), em seus estudos junto à Polícia Militar de São Paulo, igualmente acusou a falta de leitura como um dos fatores que fazem com que os alunos em cursos policiais militares não se interessem a escrever.

Alguns entrevistados explicaram suas razões para essa constatação, destacando-se as seguintes argumentações: Entrevistado 4: “Não há incentivo na Corporação para a leitura e escrita, pois a PM se preocupa com tantos problemas, em dar uma resposta imediata à sociedade, onde deixa para um segundo plano um olhar mais crítico”.

Essa alegação se encaixa com o parecer que Rolim (2015) teve quando assinalou que o conhecimento científico aparece como algo intangível, abstrato ou excessivamente teórico para a prática policial. Já o entrevistado 6 trouxe a seguinte contribuição: “A PM nunca o incentivou para a leitura e pesquisa sobre temas relativos aos trabalhos da PM”.

⁴⁹ Lembramos que a Norma Geral de Ensino em momento algum faz menção à importância que a leitura e a escrita possuem ao aprendizado.

O testemunho desse entrevistado retrata bem a inexistência de incentivo organizacional para a leitura e a escrita, mas, mesmo assim, não impediu o seu estudo e a produção de vários textos sobre assuntos alheios a PM⁵⁰. Tal situação se dá pelo fato desse entrevistado ser um professor de História e, principalmente, ter afeição à trajetória do negro na sociedade brasileira.

Já o sétimo eixo incide sobre a ingerência do processo educacional impingido pela PMSC na produção textual de seus membros. Uma das características mais comuns encontrada nas respostas está na evolução que vem sofrendo o processo de ensino da PMSC. Essa observação foi feita por cinco dos sete entrevistados, incluindo os mais experientes de caserna (entrevistados 3, 4 e 5), aos quais acreditamos possuírem maior legitimidade para atestarem essa melhoria.

Em suas palavras o entrevistado 4 disse o seguinte sobre a nova dinâmica de ensino militar: A PMSC vem evoluindo bastante no campo educacional, pois desde seu curso de formação, em 1994, percebe que a participação e o debate são comuns em sala quando nas instruções de revitalização⁵¹.

Por seu turno, o entrevistado 5 forneceu a seguinte contribuição:

[...] a prática está mais aberta, possibilitando a pergunta e a divergência. Acredita que quando ingressou na PMSC o sistema de ensino era mais rígido, impossibilitando que o aluno se sentisse interessado a procurar outras fontes de conhecimento, pois a palavra do professor já bastava.

As declarações obtidas nos parecem emblemáticas, pois são oriundas de dois Cabos⁵² e vêm carregadas de informações positivas. A primeira é o parecer que o sistema educacional vem melhorando e o referencial trazido remonta há mais de 21 anos, já que ambos possuem esse tempo de Quartel, logo creditamos ser verídica essa alegação. Brunetta (2012) também chegou a essa conclusão expondo que atualmente há um consenso pela necessidade de um esforço intenso de abrangência nacional para o aprimoramento da formação em segurança pública.

A segunda informação extraída diz respeito ao espaço, visto pelo entrevistado 5 como comum/normal, para a participação e o debate em sala de aula, algo impensável quando

⁵⁰ O entrevistado 4 indicou que a leitura e escrita geralmente são resultados de alguns poucos abnegados que gostam de estudar sobre um assunto, o que nos parece ser o que ocorre com o entrevistado 6.

⁵¹ As instruções de revitalização são feitas anualmente em cada Unidade da PMSC, sendo que no 9º BPM não fica de fora. Nelas são lembrados alguns conceitos e novos aprendizados são agregados aos policiais que já estão formados.

⁵² O Cabo, dentro da vida militar, está no segundo grau hierárquico, somente acima do Soldado. Tanto o Cabo, quanto o Soldado, são considerados como membros de execução de tarefas.

de seu ingresso na PMSC. A observação coaduna com o pensamento de Cardoso (2004, p. 50), em que a sala de aula é uma oportunidade de “poder partilhar e debater abordagens diferentes, gerado vários questionamentos”.

Por intermédio dessas respostas, julgamos que, sob o olhar desses policiais militares, o aspecto limitador/positivista⁵³ do processo educacional militar apontado por Poncioni (2014) encontra-se em processo de diminuição, ao menos na Polícia Militar de Santa Catarina.

Vemos também que o resultado alcançado nessa pergunta indica que a proposta de impedir a mera repetição e proporcionar o verdadeiro aprendizado vem sendo paulatinamente implementado na Instituição. Rememoramos que a NGE (PMSC, 2015a, p. 4), em seus princípios, prega essa quebra de paradigma, apresentando alguns princípios norteadores de um sistema educacional interativo inquietante e mais prospectivo:

VII – iniciativa - o ensino deve estimular permanentemente o indivíduo ou o grupo para a pesquisa, como uma forma de aprofundamento da cultura profissional e geral;
VIII – conhecimento – o ensino deve proporcionar a construção efetiva do conhecimento pelo discente, evitando o mero repasse de informações, através da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

Nesse viés, entendemos que o policial militar estará sendo provocado a ler/pesquisar e o aumento da produção textual seria a consequência desse processo de produção. Motta (2015, p. 83), por exemplo, é um dos autores que exalta bem a importância da escrita nesse processo de consolidação do aprendizado: “A escrita deve ser entendida como o ato da pessoa interpretar o mundo. Por este motivo deve ser uma experiência cotidiana e pessoal do aluno pesquisador. Por meio dela consegue-se o domínio da palavra, trocam-se idéias e conhecimentos”.

Ainda quanto a esse tema, Freire (2011) lembra-nos não haver escrita e aprendizagem sem a anterior abertura para a dúvida e o debate. Então, de acordo com a maioria das respostas, vemos que a prática educacional da Organização vem seguindo esse caminho.

A segunda parte dessa pergunta diz respeito ao impacto que a prática educacional possui na produção textual dos policiais militares, havendo divergências nas respostas.

Observamos que os policiais militares consultados entendem que a influência da prática educacional militar ainda carece de benfeitorias para que melhor impulse a escrita.

⁵³ O positivismo compromete o diálogo, elimina a busca dos porquês e dificulta o crescimento pessoal.

Entretanto, não se encontra o motivo principal que nos leva a essa realidade, sendo pontuadas algumas causas:

- o caráter pragmático do ensino militar;
- a falta de suporte;
- o excesso de matérias na grade curricular dos cursos e
- a falta de leitura desde antes do ingresso na PM.

Os autores pesquisados que já escreveram sobre o regime de ensino militar também divergem quanto a essas razões. Poncioni (2014) e Nascimento (2013) depositam a culpa na postura dos professores/instrutores militares devido a carência em sua formação.

Por sua vez, Brunetta (2012) aponta dois motivos, sendo um deles a falta de leitura e de pesquisa dentro da Organização e outro a feição imediatista do ensino militar, algo já discorrido na análise das entrevistas. Essa última constatação se aproxima da conclusão de Cardoso (2004), o qual acredita que faltam mais debate e reflexão no sistema de ensino sobre vários assuntos atinentes ao serviço policial militar que poderiam ensejar a prática da escrita.

Por fim, Santos Silva (2012) explica que a prática educacional militar não colabora com a leitura e a escrita porque não vislumbra todo o contexto que o aluno se encontra para o êxito desse processo.

Diante dessa multiplicidade de possíveis justificativas, entendemos que nenhuma delas é determinante, mas todas colaboram sobremaneira para que a prática educacional empreendida pela PM cause ainda um impacto negativo na escrita dos policiais militares.

Compreendemos que as razões apresentadas por nossas referências e pelos entrevistados se mostram conexas e coerentes com a baixa produção textual aqui constatada, não havendo prevalência de uma sobre a outra, pois possuem a mesma importância para o estágio que se encontram os textos produzidos por policiais militares.

Diante do teor das respostas, reputamos que o sistema de ensino promovido pela PMSC e, por sua vez, também no 9º Batalhão PM, encontra-se mais aberto à descoberta e ao diálogo, porém ainda tem um extenso trajeto a percorrer no que tange o incremento da produção textual dos policiais militares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa foi pautada na investigação sobre a opinião que os policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Criciúma – SC, possuem da produção de textos escritos pelos próprios policiais militares sobre assuntos inerentes às atividades da Polícia Militar.

Para que tivéssemos um resultado a contento, resolvemos percorrer um caminho que passou por uma explanação dos pontos principais da Instituição PMSC, a fim de melhor situar o leitor acerca do nosso objeto de estudo e conhecer como se organiza a sua área educacional.

Na sequência trouxemos aspectos educacionais para a análise, citando autores consagrados como Paulo Freire, Ângela Kleimann e Mário Osório Marques, bem como pessoas que se atreveram a pesquisar e escrever a sua experiência, em dissertações de mestrado ou teses de doutorado, sobre algum aspecto na área educacional das Organizações Policiais Militares no Brasil.

Por derradeiro, levamos a efeito as entrevistas junto a um grupo de policiais militares do 9º Batalhão e desse instrumento conseguimos extrair várias inferências relevantes para o alcance dos objetivos desse exame.

Por sinal, o nosso propósito maior foi entender como os policiais militares do 9º Batalhão de Criciúma observam a produção textual dos próprios milicianos com relação a temas destinados a sua atividade laborativa, algo que entendemos ter sido alcançado. A conquista desse objetivo se deu em razão de analisarmos o ponto de vista dos entrevistados de forma conjunta com o processo de ensino promovido pela PMSC e as fontes pesquisadas sobre assuntos correlatos.

Como resposta tivemos, por parte dos entrevistados, que existe uma baixa produção textual por parte dos policiais militares em razão das pessoas não terem o hábito da leitura e da pesquisa, o que influencia sobremaneira na escrita. Esta falta de hábito tem início antes mesmo do indivíduo adentrar na Corporação e é robustecida por conta da ausência de ações incentivadoras no processo educacional da Organização.

No tocante à qualidade, percebemos que os entrevistados possuem a compreensão que a escrita técnica é deficitária, por se tratar de uma ação essencialmente mecânica e objetiva, pois o documento operacional a ser produzido não permite uma acurada análise por parte de seu elaborador.

Entretanto, a escrita, fruto de estudo, é observada pelos entrevistados como virtuosa, em que seus atributos seriam a consequência do elo entre a pesquisa e o conhecimento empírico (o saber-fazer).

Os limites e as possibilidades existentes no processo de produção textual também foram expostos, sendo trazidos à baila alguns óbices no sistema de ensino da Instituição como a já aludida falta de incentivo para a leitura, pesquisa e escrita, o seu caráter pragmático/imediatista aliado ao desinteresse demonstrado pelo próprio indivíduo.

Como potencialidades a serem exploradas, os entrevistados citaram a abertura proporcionada no regime escolar militar, em que se possibilita outras interpretações e contrapontos como forma de crescimento pessoal e coletivo.

Outra questão que chamou a atenção foi a unanimidade em reconhecer o policial militar como um catalisador de informações rotineiras/diárias, algo que poderia ser elevado a nível de um conhecimento mais elaborado caso fosse *linkado* a alguma ciência (preferencialmente da área humana: psicologia, sociologia, pedagogia, direito, etc...).

Os policiais militares entrevistados concluíram também que a leitura e a pesquisa são importantes para que seja adquirida a prática da escrita, assim como interpretam como importante a obtenção desse hábito para o alargamento do horizonte de conhecimentos mais precisos sobre assuntos afetos a sua atividade laborativa.

Assim sendo, diante dessas conclusões projetamos que os componentes do 9º Batalhão PM possuem, de um modo geral, essa opinião aqui apresentada, o que nos leva a refletir quais atitudes deverão ser tomadas para a melhoria deste quadro.

Como o 9º Batalhão, por ser uma unidade essencialmente operacional, não possui a autonomia de mudar por si só esse cenário, mostra-se importante uma melhor elaboração da Norma Geral de Ensino pela Diretoria de Instrução e Ensino da Organização, atentando-se aos cuidados que deve prezar pelo incentivo às práticas leitoras e investigação de novos olhares ao serviço policial militar, estando ou não em cursos promovidos pela Corporação.

Por ser o instrumento-mestre dos procedimentos de ensino na PMSC, a reformulação desse apontamento da NGE contribuiria sobremaneira para que todos os milicianos de nosso Estado fossem impactados com essa nova prática e, por consequência, os policias militares do 9º Batalhão igualmente seriam impulsionados a ler, pesquisar e escrever.

Vale destacar que a quebra de paradigma no comportamento do professor militar, estando muito mais aberto ao diálogo com o aluno, cria um ambiente em que naturalmente ambos crescem. Nessa atmosfera a produção textual mais facilmente se desenvolve em razão

das boas provocações que são feitas, aumentando o nível da conversa/argumentação com base no crescente conhecimento que vem sendo apreendido.

Aliás, entendemos que a revisão de posturas no meio educacional pode servir de pedra-de- toque para mudanças em outras áreas do meio militar, principalmente no que tange à legitimação de suas ações no atual cenário da segurança pública.

A redemocratização do Brasil já dista 30 anos e nesse tempo a forma de se assegurar a tranquilidade de todos sofreu mutações, algumas advindas de forma traumática e outras de forma mais civilizada. Em muitos destes casos a evolução se sobressaiu em razão do estudo, da busca e do querer não repetir velhos erros.

Nesse quadro evolutivo, a escrita tem papel importante, pois dela se expõe o conhecimento agregado, exterioriza-se pensamentos e se produz doutrina sobre certo tema. Nessa linha, a escrita originada de um policial militar se apresenta como mais um estágio da apreensão do conhecimento e pode se contrapor a ideias falaciosas e impraticáveis, algo que comumente ocorre na seara da segurança pública quando percebemos proposições que são a verdadeira panaceia para todos os males.

Sendo assim, tentamos trazer à tona esse debate e iluminar as nossas mentes com algumas propostas por meio da via acadêmica, todavia sabemos que a investigação não para por aqui, pois somente com o profícuo interesse é que alcançaremos um caminho seguro a ser trilhado não somente pelo 9º Batalhão ou pela PMSC, mas por todas as Polícias Militares do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, João Rodrigues. **O uso político das Forças Armadas e outras questões militares**. 1.ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- ASSIS, Jorge César de. **Curso de Direito Disciplinar Militar**: da simples transgressão ao processo administrativo. 2.ed.rev.e atual. Curitiba: Juruá, 2011.
- BACON, Francis. **Nova Atlântida**. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BASTOS JR, Edmundo José de. **Polícia Militar de Santa Catarina**: história e histórias. Florianópolis: Guarapuvu, 2006.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos**: coisa de polícia. Passo Fundo: Berthier, 2003.
- BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Metodologia de pesquisa**: monografia, dissertação, tese. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- BRASIL, Constituição da República Federativa, de 05 de outubro de 1988 . In: **Códigos 3 em 1**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BRIGADA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL (BMRS). **Prática de Ensino Médio**: projeto e relatórios da oficina de produção textual com a Brigada Militar. Disponível em: websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/montecristo/.../pratensmed.doc. Acesso em: 15 de julho de 2015.
- BRUNETTA, Antonio Alberto. **Reforma intelectual da Polícia Militar**. Araraquara: UNESP, 2012. Tese de doutorado.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.
- CARDOSO, Zinder José Guedes. **A importância da concepção humanista na formação do policial militar de Santa Catarina**. Florianópolis: CEPM, 2004. Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da PMSC.
- CHRISTOFOLI, Maria Conceição Pillon. **A aprendizagem da língua escrita**: construção dos processos de ler e escrever. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Tese de Doutorado.
- CRESWELL. John. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. Trad. Luciana de Oliveira Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DALBOSCO, Claudio A. **Kant e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

DA SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

FREIRE, Paulo Reglus. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 49.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Disponível em: www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/.../Pedagogia_do_Oprimido.pdf. Acesso em: 27 dez. 2014b.

_____. **Professora, sim; tia, não**: cartas a quem ousa ensinar. 24.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FUZZI, Ludmila Pena. **O que é pesquisa de campo?** Disponível em: <http://profludfuzzimetodologia.blogspot.com.br/2010/03/o-que-e-pesquisa-de-campo.html>. Acesso em: 26 ago. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

HIPÓLITO, Marcello Martinez; TASCA, Jorge Eduardo. **Superando o mito do espantinho**: uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública. Florianópolis: Insular, 2012.

KATO, Mary A. **Processo de decodificação**: a integração do velho com o novo em leitura. Disponível em: <http://tpleitura.pbworks.com/w/file/52614709/Kato%20-%20Processos%20de%20Decodifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

KLEIMANN, Angela B. Descrevendo a leitura. In: _____ **Leitura**: ensino e pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2008a.

_____. Sobre o sujeito na interação. In: _____ **Leitura**: ensino e pesquisa. Campinas: Pontes Editores, 2008b.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2013.

LEFFA, Vilson J. O conceito de leitura. In: _____ **Aspectos da leitura**: uma perspectiva psicolinguística. Porto Alegre: Sagra D.C. Luzzatto Editores, 1996. p. 9-24.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal**. 2.ed. vol.1. Niterói: Ímpetus, 2012.

LOBÃO, Célio. **Direito Processual Penal Militar**: justiça militar federal e estadual. 2.ed. São Paulo: Método, 2011.

LUCKESI, Cipriano C; PASSOS, Elizete S. **Introdução à filosofia**: aprendendo a pensar. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni C. **Polícia comunitária**: evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis: Insular, 2005.

MARQUES, Mario Osorio. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINAYO, M. C.de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino**: as abordagens do processo. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/mod4bloco4/ep4/ABORDAGENS-DO-PROCESSO.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2015.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. 2. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

MOTTA, Alexandre de Medeiros. **Metodologia da pesquisa jurídica**. Tubarão: Copiart, 2012.

_____. **O TCC e o fazer científico**: da elaboração à defesa pública. Tubarão: Copiart, 2015.

NASCIMENTO, Daniele Alcântara. **Concepções da educação policial**: o que pensam os professores. Curitiba: CRV, 2013.

NOVAES, Maria Helena. **Psicologia do ensino-aprendizagem**. São Paulo: Atlas, 1977.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 9.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PEREIRA, Marcos Villela. **A escrita textual** – do excesso ao razoável. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro: ANPED, v.18, n.52, jan/mar 2013.

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA (PMSC). **Norma Geral de Ensino**. Florianópolis: Diretoria de Instrução e Ensino, 2015a.

_____. **Plano Geral de Ensino**. Florianópolis: Diretoria de Instrução e Ensino, 2015b.

_____. **Decálogo**. Disponível em: <<http://www.pm.sc.gov.br/noticias/a-importancia-do-decalogo-na-policia-militar.html>>. Acesso em: 13 fev. 2015c.

_____. **Setor de Pesquisa**. Disponível em: <http://www.pm.sc.gov.br/noticias/10919.html>. Acesso em: 26 fev. 2015d.

_____. **História**. Disponível em: www.pm.sc.gov.br/institucional/historia. Acesso em: 25 jun. 2013a.

_____. **PMSC em revista**. Edição comemorativa aos 178 anos da Polícia Militar de Santa Catarina, 2013b.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Florianópolis: Diretoria de Instrução e Ensino, 2012.

_____. **Plano de Comando.** Florianópolis: Comando Geral da PMSC, 2011.

_____. **Centro de Ensino da Polícia Militar.** Florianópolis: CEPM, 1988.

_____. **Resumo histórico.** Florianópolis: CEPM, 1984.

_____. **Sinopse histórica.** Florianópolis: Comando Geral da PMSC, 1983.

PONCIONI, Paula Ferreira. **Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil.** Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/3/1>. Acesso em 03 fev. 2015.

_____. **O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922005000300005&script=sci_arttext. Acesso em: 13 dez. 2014.

ROLIM, Marcos. **Caminhos para inovação em segurança pública no Brasil.** Disponível em: <http://www.esteio.rs.gov.br/documents/SMSMU/CAMINHOS%20PARA%20A%20SEGURANCA%20PUBLICA.pdf>. Acesso em 02 fev. 2015.

REDONDO, Raul Angel Iturra. **O processo educativo: ensino ou aprendizagem.** Disponível em: www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC1/Iturra.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2015.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado**, de 05 de outubro de 1989. Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/sites/default/files/constituicao.pdf. Acesso em: 18 jan. 2015.

_____. **Lei nº 6.217, de 10 de fevereiro de 1983a.** Dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências. Disponível em: http://www.aprasc.org.br/index2.php?id_conteudo=6. Acesso em: 13 jan. 2015.

_____. **Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983b.** Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina. Disponível em: www.alesc.sc.gov.br/legislacao. Acesso em: 28 mar. 2015.

_____. **Decreto nº 12.112, de 16 de setembro de 1980.** Aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/maykel28/regulamento-disciplinar-da-policia-militar-de-sc>. Acesso em: 28 fev. 2015.

SANTOS SILVA, Antonia Maria dos. **A formação de praças da Polícia Militar do Piauí: uma análise a partir da prática pedagógica do Oficial formador.** Teresina: UFPI, 2012. Dissertação de mestrado.

SILVA, Ilton Benoni da. **Inter-relação:** a pedagogia da ciência: uma leitura do discurso epistemológico de Gaston Bachelard. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

SOUZA E SILVA, Maria Alice Setubal. **Conquistando o mundo da escrita.** São Paulo: Ática, 1994.

SMITH, Frank. **Leitura significativa.** 3. ed. Trad. Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

APÊNDICE(S)

APÊNDICE A – Ofício de solicitação para a realização das entrevistas

Universidade do Extremo Sul Catarinense
Unidade Acadêmica de Humanidades, Ciências e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE

Ofício 2015

Sr. Coronel PMSC Lênio Espíndola

Comandante da 6ª Região de Polícia Militar

Cumprimentando-o respeitosamente, vimos por meio deste informar que o Major PMSC Matrícula 922.073-9 Ronaldo da Silva Cruz está desenvolvendo um projeto de pesquisa em nível de Mestrado nesta Universidade, cujo título é: A produção textual dentro do processo educacional do 9º Batalhão de Polícia Militar.

Para compor o quadro de dados vimos solicitar a Vossa Senhoria a devida autorização para que sejam realizadas entrevistas com um grupo de 7 (sete) policiais militares lotados no 9º Batalhão PM, sendo 1 (um) Oficial, 2 (dois) Sargentos e 4 (quatro) Soldados, escolhidos por amostragem com base na diversidade no nível escolar.

Criciúma, 16 de setembro de 2015

Prof. Dr. Alex Sander da Silva

Docente pesquisador - PPGE

unescc

APÊNDICE B – Termos de Consentimento

APÊNDICE C – Roteiro das entrevistas
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
UNIDADE TEXTUAL DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ENTREVISTA

Senhor Policial Militar

O presente instrumento tem por objetivo coletar informações necessárias à elaboração da dissertação de Mestrado em Educação, no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), sendo que esses dados oferecerão subsídios para a pesquisa o qual fenômeno de estudo é:

**A PRODUÇÃO TEXTUAL SOB A ÓTICA DOS POLICIAIS MILITARES DO
9º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR - SC**

E para que tal exame atinja os seus objetivos, a sua resposta sincera é de suma importância, assim o(a) Senhor(a) estará contribuindo para a compreensão da apropriação do conhecimento por nossos policias militares e, conseqüentemente, trazendo possíveis benfeitorias para a segurança do cidadão em terras catarinenses.

De já agradecemos a sua colaboração na realização deste trabalho.

ALEX SANDER DA SILVA⁵⁴

RONALDO DA SILVA CRUZ⁵⁵

1) Posto ou Graduação:

.....

2) Tempo de serviço na PMSC:

.....

⁵⁴ Professor Doutor do Curso de Mestrado em Educação da UNESC, orientador da dissertação em tela.

⁵⁵ Mestrando do Curso de Mestrado em Educação da UNESC, orientando.

3) Grau de escolaridade:

.....

4) O Sr já desenvolveu alguma atividade docente/textual dentro ou fora da PMSC? Quais?

.....
.....
.....
.....

5) Como o Sr observa a quantidade e a qualidade na produção de textos sobre assuntos afetos ao serviço da PM pelos integrantes do 9º Batalhão?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

6) O Sr considera que há incentivo da PMSC para a prática da leitura e escrita? Em algum momento da sua carreira a Corporação o incentivou para a prática da leitura e da escrita sobre assuntos afetos ao serviço da PM? Caso afirmativo, de que forma se deu este incentivo?

.....
.....
.....
.....

7) Como o Sr considera a prática pedagógica empreendida pela PMSC e como ela interfere na produção textual dos policiais militares? Por quê?

.....

.....

.....

.....

.....

.....